



ATA DA 186ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 07/12/2016, sob a presidência do Senhor Secretário Rodrigo Pimentel Pinto Ravena, realizou-se a 186ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 185ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
2. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

Ordem do dia:

1. Exposição para ciência do Conselho, referente ao Estudo de Impacto Ambiental – EIA do empreendimento Helicentro Bandeirantes, **indeferido pelo Parecer Técnico nº 26/CADES/2016.**
2. Discussão e votação do **Parecer Técnico nº 27/CADES/2016**, elaborado pela **Câmara Técnica III - Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Complexos Urbanos e Habitação**, que analisou o Estudo de Impacto Ambiental do Empreendimento Reserva Raposo, pelo Conselheiro Fábio Piccinini.
3. Exposição e votação da **“Implantação do Parque Morumbi Sul e CEU Campo Limpo”** pelo Senhor Eduardo Martini, representante de SMDU.
4. Exposição sobre **“Procedimentos de Fiscalização Ambiental”** pelo Diretor do Departamento de Gestão Descentralizada, José Edilson Marques Dias.
5. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

Anexos:

- Ata da 185ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
- Parecer Técnico nº 27/CADES/2016 (este será enviado posteriormente)



Secretário Rodrigo Ravena: Bom dia a todos. Pela primeira vez em alguns meses, vamos começar no horário, com quórum. Declaro aberta a 186ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. Vamos passar para a pauta. O expediente é discussão e votação da Ata da 185ª Reunião Plenária do CADES. Alguém tem algum comentário ou algum pedido a fazer com relação à aprovação?

Cons. Cristina Antunes: Bom dia. Cristina Antunes. Eu vou me abster, porque eu não estive na reunião.

Secretário Rodrigo Ravena: Perfeito. Considerada a abstenção Alguém mais? **A Ata da 185ª Reunião Plenária Ordinária do CADES está aprovada.** Vamos passar para a ordem do dia. O item 1 é exposição para ciência do Conselho, referente ao Estudo de Impacto Ambiental do Empreendimento Helicentro Bandeirantes. **Indeferido pelo Parecer Técnico nº 26/CADES/2016.** Com a palavra, o Vereador e Conselheiro Dalton Silvano.

Vereador e Cons. Dalton Silvano: Quero cumprimentar o Secretário, amigo Rodrigo Ravena, o Paulo Garcia, o Fábio Piccinini, a Clotilde Santos e demais conselheiros, e as pessoas que estão aqui presentes nessa reunião do CADES, e parabenizar, pela decisão correta que foi tomada com relação ao indeferimento desse processo. E eu não poderia deixar aqui de testemunhar que desde a Audiência Pública do dia 18 de fevereiro de 2015, eu tive a oportunidade de poder estudar minuciosamente todo esse processo. Tirei cópia dele inteiro. Passei noites e madrugadas estudando, e inclusive fazendo frente à legislação vigente. E realmente esse projeto, esse empreendimento, ele não somente deveria ser indeferido com base em alguns pontos que eu li, ainda, porque eu não li o posicionamento da câmara técnica. Mas, ele todo vai de ilegalidades e irregularidades. Principalmente por estar dentro de uma APP, do ponto de vista da lei de uso e ocupação do solo. E fora as demais ilegalidades, e irregularidades que esse empreendimento, se for aprovado, iria causar danos irreparáveis, não só para a fauna e para a flora, mas principalmente para os moradores que habitam ali no seu entorno. Quero dizer que foi uma medida certa, uma medida correta, e aqueles moradores notícia da possibilidade de ter esse empreendimento, eles não dormem diuturnamente. Quero também informar aos senhores Conselheiros, senhor Secretário, que protocolei, fiz questão de manifestar antecipadamente minha posição, meu voto contrário aqui no CADES. Também fiz uma



representação no Ministério Público que está tramitando. Ela está tramitando juntamente ali com todo o processo e toda documentação que foi juntada lá no Ministério Público. Eu queria dizer o meu contentamento pela decisão correta, pela decisão acertada. Eu faia um apelo, para o empreendedor que insiste em querer manter esse projeto vivo. Que ele retirasse esse projeto. Que ele desistisse desse projeto. E nós já percebemos que já há protocolo de tentar reverter essa decisão de indeferimento. Faria um apelo. Porque realmente os moradores não aceitam. Se não tivesse argumento nenhum, se fôssemos respeitar a decisão dos moradores, já seria o bastante para poder fazer o indeferimento. Então, muito obrigado pela oportunidade. Quero até parabenizar o Rodrigo pela forma como sempre vem conduzindo as reuniões aqui do CADES. Muito obrigado.

Fala fora do microfone

Secretário Rodrigo Ravena: Bom, trouxemos este ponto de pauta para conhecimento de todos os conselheiros do indeferimento deste projeto. Não é caso de deliberação. Estamos com uma pauta extensíssima. Temos dois itens para discutir e votar. Esse ponto de pauta está indeferido, é fato. Eu acho que não é o fórum ideal para a deferência. Foi ao vereador, para que fizesse a exposição. Até porque ele é membro do CADES e apresentou manifestação contrária à aprovação. Bom, mas, de qualquer forma, eu vou indeferir o seu pedido de fala, porque não é debate. Vamos passar para o 2 ponto, que é Discussão e Votação do Parecer Técnico nº 27/CADES/2016, elaborado pela Câmara Técnica III - Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Complexos Urbanos e Habitação, que analisou o Estudo de Impacto Ambiental do empreendimento Reserva Raposo pelo e Relator e Conselheiro Fábio Piccinini.

Cons. Fábio Piccinini: Bom dia. Eu sou Fábio Piccinini, Diretor do DECONT e Relator da Câmara Técnica. Bom, o empreendimento trata de habitação de interesse social. São 119 edifícios contendo, no total, 17.900 unidades de habitação de interesse social. Eu queria mostrar a maneira como vai ser construído isso. São 57 lotes. Cada lote é um lote padrão. Vai para a foto número 3. Cada lote é formado por dois edifícios de 21 andares, sendo que no andar térreo é destinado a uso comercial. Na frente do empreendimento... Entre os dois prédios tem um prédio menor de uso institucional. Bom, cada um dos 57 vai ter um prédio de mais ou menos 650 metros, que é



destinado para abrigar creche, escola, delegacia de polícia e outras unidades de necessidade da população. E a divisão já foi preestabelecida. Eu nem vou dar os detalhes, porque o empreendimento é muito grande, está certo? E eu não tenho como aqui, no tempo que nós temos, de dar tudo que têm no empreendimento. Então vai ser bem superficial. Como um empreendimento desse causa um grande impacto na vizinhança toda, então nós temos que... nós analisamos basicamente o que ele ia impactar na região toda. Vai para a foto 4. Não. Da área de influência. Isso. Essa aí é a área de influência que nós calculamos. Área de influência socioeconômica. O que ele vai impactar... O tamanho da região que ele impacta. A área em vermelho é a reserva Raposo. Esse empreendimento. Ele vai impactar toda essa região. Têm muitos outros empreendimentos nessa região. E pelo volume que ele provoca de tráfego, tal, ele teve que ter sido um estudo muito grande. E foi calculado que vai ser necessário um grande melhoramento viário na região. Por conta desse empreendimento. Bom, isso tudo foi discutido e por conta desse grande impacto, esse empreendimento vai ser feito em fases. E todo o viário, e todo o impacto que vai ter quanto a fornecimento de água, de esgoto, que tem que ser calculado, isso tudo vai ser feito em fases, de acordo com o empreendimento. Ali têm as fases 1, 2, 3, 4... Essas fases vão ser acompanhadas, dos melhoramentos viários e dos melhoramentos de infraestrutura, certo? De forma que nós vamos ter que construir, para poder atender toda essa população, que na maioria é baixa renda, vamos ter que construir um terminal de ônibus. Esse terminal, ele vai acompanhar as fases. E a primeira fase, já vai ter que ter esse terminal pronto. E assim por diante, está certo? Agora, eu não vou entrar no detalhe do viário. O relatório é muito grande. Não dá para apresentar tudo. Então eu vou passar para quem tem alguma dúvida, para se manifestar e fazer as perguntas, está certo?

Secretário Rodrigo Ravena: Só para complementar, tendo em vista a extensão e o tamanho do empreendimento, a gente fez várias reuniões. Além das reuniões da Câmara Técnica, fizemos reuniões, inclusive, com os Secretários das pastas que envolvem esse empreendimento. Porque do ponto de vista do licenciamento ambiental e considerando simplesmente o terreno, o empreendimento está regular e está aprovado pela Câmara Técnica. Só que existe uma dúvida muito grande quanto ao impacto que o empreendimento aprovado nele mesmo causaria no viário e para o entorno todo. Então a gente fez uma discussão e um debate um pouco mais longo, de



forma a garantir que a gente licencie um empreendimento que necessariamente reduza os impactos de trânsito e de tráfego na região. Então o que ficou combinado é o seguinte: a empresa responsável pelo empreendimento até o final da primeira fase deve estar com a regularização fundiária do terreno do terminal completada. Sob esse terreno tem uma DUP da prefeitura. O terreno é público. Então a empresa deve completar o pagamento para regularização fundiária do terreno para instalação do terminal, até a primeira fase. E até o final da primeira fase, ter feito todos os estudos de impacto ambiental para construção do corredor de ônibus, que obrigatoriamente vai ter que existir na região, nas duas faixas da rodovia Raposo Tavares na área de uso da Dersa. Na área da própria rodovia, sem avançar para além da rodovia. Para a área de faixa de domínio do DER. Então a empresa já apresentou o projeto aprovado pelo DER, já tem a manifestação do GRAPROHAB quanto a esses impactos. Então, para que a prefeitura e a cidade, e a região toda que é impactada possa ter a tranquilidade de que um empreendimento desse tamanho, que vai levar dez anos para ser construído, não chegue daqui a dez anos e tenha um impacto negativo, ao invés do positivo, quer dizer, é uma área de HIS, é interesse social, é para diminuição da precarização da moradia na região. Então há o interesse de que isso aconteça, mas para que a gente garanta que esse empreendimento traga melhoria efetiva para a região, não só um aumento de população na área, o que se combinou é o seguinte, eu estou colocando isso, porque isso vai fazer parte da votação. E eu peço que vocês prestem muita atenção, porque isso vai passar a incluir a licença ambiental. Então, até a primeira fase, regularização do terreno e aprovação dos estudos de impacto ambiental do corredor de ônibus. Até o final da segunda fase, a entrega do terminal de ônibus funcionando. E até o final da terceira fase, a viabilização do corredor de ônibus. Para que isso tudo? Para que esse compromisso com a empresa? Porque um dos debates que aconteceu aqui na Câmara Técnica foi a questão de se garantir que os impactos fossem minorados o máximo possível. Então a solução acordada em uma reunião ontem, foi essa, e como não deu tempo de incluir isso no parecer, estou colocando para o CADES que estas três recomendações passem a integrar o parecer. Então, vou repetir. Primeira fase, regularização fundiária da área do terminal, mais estudos de impacto ambiental do corredor. Final da segunda fase. Não sei se vocês lembram bem do mapa. São as fases de construção do empreendimento. Até o final da segunda fase, a implantação do terminal. E até o final da terceira fase, a



viabilização do corredor de ônibus. E vou deixar aqui mais uma coisa clara. Havia uma discussão se esse corredor seria faixa reversível ou não-faixa reversível. São dois corredores exclusivos nas duas faixas da Raposo. Então, é uma faixa de corredor de um lado, e uma faixa de corredor exclusiva de ônibus do outro, buscando a diminuição do impacto. Mais um ponto importante que eu trago para o CADES e gostaria de colocar em votação também, para que integre não só a licença, mas que passe a ser uma determinação desse Conselho. Essa região é uma região que está passando por um desenvolvimento e uma ocupação intensa, de maneira formal. Então vários empreendimentos estão ali, ou em início de licenciamento, ou em fase final de licenciamento, e o impacto vai ser muito maior do que simplesmente desse empreendimento. E a construção e a viabilização do terminal implicará necessariamente em se levar mais gente para lá. O simples fato de ter o terminal concluído até a segunda fase, implicará que novos empreendimentos serão na região. Então, eu estou sugerindo que essas condicionantes passem a integrar todo e qualquer licenciamento na mesma área. Qualquer empreendimento de interesse social ou não, que impliquem em parcelamento do solo, tenham como recomendação a garantia da implantação do corredor de ônibus, e a viabilização dos acessos para essa região. Alguém tem alguma dúvida?

Cons. Andréa: Bom dia. Andréa, da SMT. Bom, esse assunto, a gente já vem discutindo há alguns meses na Câmara Técnica, aqui no CADES, e na Secretaria também. A gente realmente conseguiu agora, imagino eu, acomodar as nossas demandas que era tentar garantir dentro desse processo do licenciamento, que toda infraestrutura apontada por CET e SPTRANS, além do terminal, fosse garantida a construção no processo de licenciamento. A gente nem traz aqui uma decisão que não nos cabe, de dizer que o empreendedor tem que fazer tudo. Eu acho que isso compete a um colegiado decidir. Mas no mínimo, ter a garantia de que isso vai ser feito, porque é a única forma de mitigar o impacto de 60 mil pessoas que vão chegar que é o aproximado com esse empreendimento total, implantado, de uma maneira que a gente não piore a situação da rodovia ao longo desses anos. Então é importante que a gente crave o que o Secretário falou. Na licença prévia, que isso fique muito explícito em cada exigência, porque o que a gente fala, muitas vezes, pode ter uma interpretação, e quando vai para exigência, a questão é outra. Então, o que vai nos garantir lá na frente, até porque o grupo pode mudar, é que isso esteja cravado na



licença prévia. E eu não sei se a gente vai conseguir estabelecer aqui ou mostrar todas as exigências, mas o que eu gostaria de deixar colocado que é uma condicionante que a gente veja essas exigências, e tenha a certeza de que o nosso voto está sendo pautado no que está, de fato, sendo exigido.

Secretário Rodrigo Ravena: Eu acho que é importante ressaltar que uma das condições é por que fasear, e por que estabelecer estes critérios nesta licença? É para facilitar a fiscalização. Então para que o agente público, independente do que seja, saiba exatamente em que fase cada obrigação deve ser cumprida para não ficar de forma genérica, e o não-cumprimento da condicionante implica em paralisação do empreendimento. Isso tem que ficar bem claro. O não-cumprimento dessas exigências e das demais constantes da licença implicam em suspensão do empreendimento. Alguém tem mais alguma dúvida?

Cons. Cecília: Cecília, do Morro do Querosene. Secretário, eu gostaria de saber se esse corredor vai até o final da Raposo. Até a Rua Alvarenga.

Secretário Rodrigo Ravena: Vai até a escola Politécnica.

Cons. Cecília: Então, todo esse fluxo que sai desse novo empreendimento vai impactar ali. Não vai resolver. Você pode responder essa minha dúvida?

Cons. Andréa: O que a gente entende é que o empreendedor também não pode ser obrigado a mitigar um impacto para a cidade toda. Ele está limitado à área de influência. Então, no entendimento da SMT, ele chegando até o que foi estabelecido, a continuidade desse terminal, compete à Secretaria dos Transportes. A gente já tem esse corredor previsto. Mas é um projeto que vai acontecer dentro do cronograma da gestão.

Cons. Cecília: Então eu lhe pergunto, para as comunidades, para a população que mora ali, que garantia ela vai ter que a Secretaria de Transportes dar essa continuidade do fluxo até o final? Eu esclareço que é uma luta já de tempo, a necessidade de um corredor ali. Uma faixa, pelo menos. Uma faixa de ônibus já seria o suficiente para nós, quer dizer, a gente nem tinha pensado em um corredor. E já há anos que a gente está lutando por essa faixa, e a gente ainda não conseguiu. Então como é que a gente vai aprovar que venham mais 80 mil pessoas. Não. Pelo que eu



entendi ali, são 1700 moradias. Então, 18 mil moradias. Eu fiz uma conta rapidamente, que supondo que cada família tenha quatro pessoas. Mas tudo bem. Mesmo assim, é mais do que 50% do que hoje já temos naquela região. E outra coisa que eu queria falar sobre esse corredor, é que um dos técnicos a quem eu consultei, ele me informou que vai ser construído sobre o córrego, que já é um Parque Linear. Olha, ele me disse assim, está sobre o córrego Itaim, no qual está grafado como Parque Linear no Plano Diretor. Perde-se área verde em função do viário.

Secretário Rodrigo Ravena: Dona Cecília, essa discussão já foi levada a efeito na audiência pública, e me parece que está mais do que claro que o corredor não pega qualquer córrego. Ele é feito sobre a rodovia, sobre a área de domínio da rodovia, do DER. O GRAPROHAB já se manifestou, e disse que a empresa, durante toda essa discussão, a empresa se impôs a necessidade pela Secretaria e pelo governo do estado, de fazer o projeto deste corredor. Ele já está pronto. Ela já montou o projeto e já tem a aprovação do GRAPROHAB, que é o órgão estadual que fiscaliza isso. Não passa nada em cima de córrego, não entra dentro de parque. Vou deixar bem claro, porque a gente botou a obrigação de ter o licenciamento ambiental concluído até o final da primeira fase. Por quê? Porque o corredor vai ter que passar aqui de novo. E se tiver impacto em área de proteção ambiental, ele não será aprovado no desenho mais simples. Ele vai ter que mudar o desenho e obedecer a legislação ambiental. Essa discussão está superada.

Cons. Cecília: Rodrigo, será que é possível garantir que seja feita a primeira fase então, porque são dois corredores, um que vai até a Avenida Politécnica, e o outro que vai da Avenida Politécnica até a Alvarenga. Como é que a gente pode garantir que da Avenida Politécnica até a Alvarenga será construído antes da implantação?

Secretário Rodrigo Ravena: Eu vou tentar explicar isso. Foi o que ela falou. A gente não pode impor a esta empresa, a obrigação toda de...

Cons. Cecília: Não, não. Eu estou falando como sociedade civil. Não me interessa quem é o responsável.

Secretário Rodrigo Ravena: Eu sei. Deixa eu só explicar. Por que eu estou pedindo que o CADES imponha aqui, nesta licença, as obrigações e isso passa a ser uma resolução do CADES que, para qualquer empreendimento naquela região a gente faça



o estudo e a obrigação de complementação viária? Para garantir isso. Porque o problema de resolver o viário da cidade não é da empresa que constrói. Vamos deixar isso claro. Ela tem que mitigar os impactos da construção dela. Mas ela não pode resolver o problema do viário da cidade inteira naquela região. A gente está obrigando que eles cumpram com parte desta obrigação. Eu já falei, outros empreendimentos estão, ou em licenciamento, ou em fase inicial de licenciamento, ou em fase de projeto. Nas construtoras, isso a gente já tem notícia. Essas empresas todas terão que participar da discussão da melhoria do viário. Porque ou a Secretaria de Transportes dá cumprimento, segmento ao projeto que já existe porque já tem uma faixa exclusiva na área, e está no plano de corredores. Então está previsto. Se a gente conseguir aqui criar um mecanismo de diminuir o custo da prefeitura, maravilhoso, se não, isso já está previsto no Plano de Transportes. Eu acho que também está superada essa questão. Eu acho que está garantido que da Avenida Politécnica para frente a obrigação é da prefeitura, se a gente conseguir em outros empreendimentos estender a compensação para minorar o custo da prefeitura, tanto melhor, mas se não conseguir, essa obrigação já é da prefeitura.

Orador não identificado: O que eu acho que a gente poderia tentar construir juntos é alguma forma de ter uma gestão com a SMT e com a SPTRANS, tendo em vista que a gente fez um planejamento para os corredores dentro de um cenário, e esse empreendimento está chegando com 60 mil pessoas num impacto que não tinha sido previsto. Então, embora o corredor esteja no planejamento, ele não necessariamente seria o próximo corredor a ser implantado. Pode tentar estabelecer alguma exigência que peça uma gestão ou da Secretaria ou do empreendimento junto à SPTRANS porque é uma força a mais para a gente antecipar o estudo e a implantação do corredor.

Secretário Rodrigo Ravena: É uma sugestão interessante, que a gente, a despeito de não impor nesse licenciamento essa obrigação, com o apoio deste Conselho e o da Secretaria. A partir de novos licenciamentos, além da exigência de participação na melhoria do viário, a gente faça gestões para que seja antecipada a construção desse corredor, e a gente pede para a empresa também ajudar a fazer a pressão junto à SMT para que se inverta a lógica dos corredores previstos no plano do município. Eu acho que isso garante minimamente.



Cons. Cecília: Agora, não teria que estar escrito isso já aqui?

Secretário Rodrigo Ravena: Não. Na licença eu não posso escrever, mas tudo que nós estamos falando, Cecília, vai para uma ata. Essa ata é publicada, ela vira recomendação, e tanto eu quanto qualquer outro secretário que sente aqui vai ter que dar cumprimento àquilo que esse Conselho decidir, porque esse Conselho é deliberativo.

Cons. Cecília: Porque eu tenho ainda algumas outras questões com relação a esse parecer técnico. Aqui, logo na primeira página, quando ele fala, objeto do licenciamento, ele não diz que, eu fiquei assim, olha, edificações residenciais, em sua maioria para população de baixa renda, HIS-1 e HIS-2. Logo na primeira. Eu...

Secretário Rodrigo Ravena: A última fase do empreendimento não é HIS. É isso, não é? A quinta fase do empreendimento, quando já tiver tudo pronto, a última fase não é HIS. Põe as fases de novo na tela.

Cons. Marcelo: Marcelo, SMDU e Presidente da Câmara Técnica. Secretário me deixa só esclarecer o seguinte, a ideia do parecer da Câmara Técnica não era esgotar a questão, como o Fábio falou, o parecer foi bastante complexo. A ideia é que esses dados todos, na verdade, estão referidos no Parecer número 10, do DECONT. Aí sim a gente tem uma tabela mais completa, é que eles são 30 e poucas páginas, era um pouquinho demais a gente esmiuçar isso no Plenário do CADES, até porque a pauta é bastante extensa. Mas só para a senhora ter uma ideia, são 1.576 unidades de HIS-1, que seria a faixa mais baixa de renda do empreendimento; 10.542 unidades de HIS-2; 3.566 unidades de HMP, que seria a faixa de habitação de interesse social, chamada Habitação do Mercado Popular; e 2.276 unidades, aí sim de habitações do R2V, que é uma tipologia de habitação do mercado sem nenhum tipo de interferência da legislação para habitação de interesse social, totalizando então 17.960 unidades. Então há uma tabela que está no parecer do DECONT muito bem explicada, que a gente simplesmente não acrescentou pelo fato de tentar trazer um resumo para o CADES. A gente sempre tem que lembrar que o nosso papel aqui é aprovar o EIA/RIMA, aprovar o impacto ambiental, e não analisar propriamente o empreendimento, que ele teoricamente ele está garantido pela legislação. É uma ZEIS 5, eu queria destacar, portanto, é uma zona de interesse social 5, então ele tem, na



verdade ele está atendendo todos os requisitos da legislação, tanto do Plano Diretor como do novo zoneamento, tanto que a gente, diria assim, suprimiu fazendo referência a quem tivesse maior interesse procurar o parecer do DECONT.

Cons. Cecília: Eu gostaria de continuar. Porque foi encaminhado uma solicitação de complementação em outubro de 2016, e o primeiro item fala dos impactos cumulativos, porque existem outros empreendimentos sendo feitos na área, que o Rodrigo já falou, porém, eu quero que então o Rodrigo me explique porque, segundo consta aqui, que é o Conjunto Habitacional Jardim Amaralina e o Conjunto Habitacional previsto para ser implantada numa área grafada como ZEIS 2 e ZEIS 5, eles, não foi feito o estudo considerando também esses outros. É verdade? Quem entende mais do que eu sobre isso, alguém pode me explicar?

Secretário Rodrigo Ravena: Esse empreendimento é emblemático e ajudou a prefeitura a entender o que precisa fazer na região de forma mais contundente. Vou repetir, é uma área onde vai haver adensamento. Vai ser construído. Existem empreendimentos já licenciados que causam impactos e ninguém cobrou isso deles, nós estamos cobrando isso agora. Então, uma das missões da empresa que está sendo licenciada aqui é buscar quem já foi licenciado para ajudar a fazer o corredor. Porque tem um empreendimento lá, se eu não me engano são 700 unidades, que já está aprovado e já tem impacto, já está vendendo, e nós não fizemos nada disso aqui. Então vamos deixar claro uma coisa? Isso aqui é emblemático. Isso aqui é um ponto de inflexão na forma de licenciar. Isso é uma mudança na forma da gente ver o impacto dos empreendimentos nessa região. Porque a gente estava muito acostumado a ver empreendimento por empreendimento, então foi aprovado o ano passado ou o ano retrasado um empreendimento com 700 unidades, na mesma região, sem olhar para estrada, e nós não estamos aqui discutindo estrada. Desculpa, eu não estou discutindo estrada, eu não estou discutindo impacto ambiental no licenciamento do corredor, eu não estou discutindo o viário da cidade aqui. Tudo isso é impacto. A liberação de um empreendimento e o que a gente analisou são os impactos dentro desta área. Do ponto de vista ambiental, dentro desta área, estão cumprindo tudo que deve ser cumprido. Nós esticamos a nossa competência e fomos para a questão do impacto maior porque a área é muito grande, e a gente conseguiu verificar que esta área vai ser nos próximos anos, área de ocupação. Ocupação no



sentido formal da palavra. Quer dizer, é uma área de interesse e de crescimento da cidade. Então, a partir desse empreendimento, que por enquanto é o maior e outros maiores virão, a gente está criando uma regra que vai valer para todos. A gente está estabelecendo um modelo de licenciamento que impõe ao empreendedor a obrigação sim, de pagar pelo impacto que causa. A gente está impondo obrigações neste empreendimento que a gente nunca impôs em nenhum outro. As compensações, além das ambientais e demais, as compensações dentro do próprio empreendimento, como o Fábio falou, cada unidade tem que ter creche, delegacia, UBS, o viário e toda a parte de esgoto e água, antes de começar a construção tem que estar pronto. Quer dizer, se estabeleceu critérios razoáveis e legais para este. E este aqui, por isso que nós estamos discutindo aqui, eu acho que esse tem que ser um parâmetro para aquela região, e que isso sirva como parâmetro para próximas regiões de desenvolvimento urbano.

Cons. Cecília: Eu ainda gostaria de...

Cons. Andrea: Eu vou fazer uma fala antes. É importante também que todos saibam que existe um grupo dentro da Secretaria de Licenciamento, que a Gilcilene conhece, que discute os empreendimentos de interesse social. E até abril desse ano a SMT não fazia parte, nem SMT, nem SMDU, então acontecia de se inaugurar algum empreendimento e gente só ficar sabendo que precisava levar um viário ou abrir um viário depois. Então, por conta disso, já desde o início dessa gestão, a gente queria fazer parte do grupo, e em abril foi oficializada essa inserção nossa, então hoje a gente tem um parecer que precisa ouvir a pasta de transportes para poder emitir um alvará na Secretaria de Licenciamento. Então isso, de certa forma já acomoda as demandas, porque a gente recebe desde o início da certidão de diretriz o projeto para poder analisar e apontar as demandas. Então eu acho que esses empreendimentos que virão não se furtarão de passar por esse grupo. E se não for HIS é um polo gerador. Se for uma empresa que está vendendo apartamentos e não é HIS ela vai passar pelo polo gerador. Então eu acho que a gente está cada vez mais ampliando esse olhar e esse cuidado de tentar mitigar essas compensações todas. Agora, é claro, tem empreendimento que passa lá que não necessariamente vai ser construído. Têm muitos que passam projetos, a gente faz análise e não vira nada. Então a gente também não pode estar se pautando sempre naquele projeto, sem considerar que isso



tem uma certa vulnerabilidade. O empreendimento às vezes é pensado e nem sempre ele chega no final como foi apresentado, então a pasta fica meio que permeando o que ela tem como plano de transporte e o que eventualmente pode entrar. E esses ajustes vão sendo feitos.

Cons. Cecília: Eu queria perguntar, porque até a última revisão do Plano diretor, ali era uma zona de preservação ambiental, não era ZEIS. Agora saindo um pouco da questão de transporte, vendo agora uma outra questão, ou seja, faz muito pouco tempo que aquilo ali virou ZEIS. E o que eu queria perguntar então ao secretário é o seguinte, mesmo sendo uma área de preservação ambiental, você considera que vai haver invasão, vai haver uma ocupação, não tem jeito de se controlar. Porque o ideal para nós, porque eu sou moradora dessa região, o ideal é que continue sendo uma zona de preservação ambiental, até que se acomode as demais. Porque, não sei se vocês sabem a Rodovia Raposos Tavares ela fica parada horas, então colocar ali um corredor para a gente ver o que melhora, e outras soluções que a gente precisa ali. Antes de a gente ver todas essas soluções, aí já vem um empreendimento que vai trazer para aquela área de Raposo Tavares, daquele sub-distrito, 50%, quer dizer, vai aumentar em 50% a população daquele local. Eu falei 80 mil porque eu li aqui 80 mil num dos relatórios que me apresentaram. Que seja 60 mil. Então, para nós, o cinturão verde ele é necessário, sempre foi considerado um cinturão verde, ali tem nascentes, aquela área tem nascentes, mais uma vez vamos aprovar um empreendimento que ignora as nossas nascentes.

Secretário Rodrigo Ravena: Dona Cecília, vamos colocar as coisas do tamanho do que elas são. O empreendimento não ignora nascentes. A gente está aprovando, ninguém aqui é louco, e eu acho que não tenho nenhum técnico na Secretaria louco suficiente para aprovar um empreendimento que destrua nascente. Então vamos começar daí. É uma área construída. Se era ZEPAM se não era, a lei mudou, tem um caminho para voltar a ser ZEPAM, apresenta um Projeto de Lei Popular, a Lei Orgânica, e aprova. Porque a gente não tem a competência de mudar a destinação de uso e ocupação do solo com o CADES. Não é aqui que a gente decide. O Plano Diretor decidiu que lá é ZEIS. E vamos fazer o que? Está regular de acordo com a lei? Está. Tem jeito de mudar? A iniciativa popular. Vamos pelo caminho que a legislação permite. Não é o CADES que vai mudar a forma de ocupação de uma área que a



Câmara votou e aprovou. É um projeto, e eu vou dizer mais, eu tive dois dias na cidade do México, onde a cidade recebeu um prêmio de 5 milhões de dólares por iniciativa em Parelheiros, o Plano Diretor foi elogiado por mais de 26 prefeitos do mundo inteiro. Para citar três: Chicago, Nova Iorque e Dublin, que querem cópia do Plano Diretor para fazer lá. Então, eu acho que a gente precisa descer um pouco do pedestal e ver que o que está sendo feito, é o melhor? Não. Mas é o possível, e é muito bom. Eu queria deixar isso registrado. Porque a gente tem a maldita mania de achar que a gente está fazendo tudo errado. Não estamos fazendo tudo errado, nós estamos tomando o maior cuidado possível para preservar o que é necessário para a cidade. A senhora é testemunha da briga desta Secretaria para aprovar o Parque da Fonte, arrumando dinheiro onde não tinha. Então, onde é possível fazer a preservação, a gente busca e faz. Onde não é possível... não adianta aqui dizer, falar: não vamos aprovar nada porque lá deveria ser tal coisa. Sabe o que a gente vai arrumar? Um processo. Porque quem pedir para licenciar numa zona que permite a construção, e a gente negar porque a gente acha que deveria ser outra coisa, nós estamos errados, nós estamos legislando em causa própria. Não é assim que a gente tem que agir. A gente tem que agir é mitigando os efeitos dos impactos de qualquer coisa, e eu estou, eu aqui vou comentar, o poder desse Conselho nos próximos licenciamentos. Parcelou o solo vai ter que pensar no viário daquela região, gente. Pelo amor de Deus. Não dá para ficar discutindo, porque a lei mudou. A lei mudou. Tem iniciativa popular? Eu assino com a senhora. Vamos preparar um Projeto de Lei, pega aí 5 mil assinaturas a gente dá entrada num Projeto de Lei na Câmara. Tem revisão do plano diretor 2030, é isso? É 2030. Não, mas tem iniciativa popular no meio do caminho, tem Emenda, tem um monte de coisa. Gente, eu acho que, eu vou pedir, por favor, a nossa pauta é super extensa, nós vamos perder um tempo desgraçado discutindo o que não está em discussão. Eu me comprometo a ficar aqui depois da reunião para a gente estabelecer caminhos para revisões do que a gente acha que está errado, mas não é esse momento. Desculpa Cecília, mas eu não vou fazer essa discussão.

Cons. Pedro: Bom, eu só queria dar uma contribuição. Eu sou Pedro, da SIURB. Eu só queria dar uma contribuição. Você mencionou o córrego e as questões ambientais das nascentes e tal. O Córrego Itaim é um afluente do Jaguaré e a gente fez na SIURB um planejamento dessa bacia, e eu sei que o empreendimento levou em conta as questões de drenagem, de APP e tudo mais, mas eu dou, eu quero dar uma sugestão,



que esse documento, que é o planejamento da bacia, que a gente chama de Caderno de Drenagem do Jaguaré, seja levado em conta no detalhamento do projeto. Só essa sugestão, que vai levar em conta essas questões aí, e justamente a parte de impermeabilização que já foi levada em conta nesse trabalho.

Cons. Cecília: Como é que a gente pode garantir que isso vai ser atendido?

Secretário Rodrigo Ravena: Dona Cecília, a representante da empresa está aqui atrás e já concordou com a observação do que o Pedro sugeriu a empresa já concordou em obedecer ao projeto.

Cons. Cecília: Para que eu vote... Não, eu não posso... Não, espera um pouco. Isso daqui não é certo. Para eu votar eu tenho que ter... porque não é um representante da empresa. Gente, ele pode sofrer... eu não estou desejando isso, mas gente, o que é que é um representante? A gente tem que ter no papel...

Secretário Rodrigo Ravena: Dona Cecília, eu vou repetir.

Cons. Cecília: Isso tem que estar no ofício.

Secretário Rodrigo Ravena: Isso vai para o papel, dona Cecília. Esta ata vira papel. Esta ata vira exigência da licença prévia, dona Cecília, pelo amor de Deus.

Cons. Cecília: Ah, então... o fato de ele ter sugerido, agora nós aprovamos, se todos aprovam, e aí passa a valer, não é? Eu aprovo isso que ele falou. Esqueci teu nome. Pedro. Eu aprovo o que o Pedro falou. Se todo mundo aprovar...

Vereador e Cons. Dalton Silvano: Pela ordem, presidente. Eu tenho um compromisso na Câmara, queria consignar meu voto favorável. E até sugerir que também quando for mudar aqui o Regimento do CADES, também que se estabeleça um tempo para as pessoas falarem, como acontece na Câmara. Porque se todo mundo resolver falar meia hora, uma hora, não tem condições, aí teria que se ver para pôr um projeto só na pauta. Então, só a título de sugestão, eu que não sou muito assíduo aí por vários problemas, mas a título só de sugestão. Eu acho que é legal estipular um tempo ou diminuir o número de processos da pauta. Só sugestão, e consignar meu voto. Peço desculpas, tenho um compromisso, uma audiência pública na Câmara.



Secretário Rodrigo Ravena: Sueli.

Cons. Sueli: Bom dia. Sueli, do CEMAIS, de São Mateus, não necessariamente, nesse momento eu sou Sueli da cidade de São Paulo, dentro desse pronunciamento. Eu tenho três perguntas, mas extremamente objetivas. O CADES local foi comunicado do empreendimento? Primeiro. Segunda, dentro da Câmara Técnica não tem participação da sociedade civil? Terceira, o EIA/RIMA foi disponibilizado na subprefeitura da região para que a população soubesse de fato o impacto que esse empreendimento vai causar?

Secretário Rodrigo Ravena: Três respostas. Audiência pública acho que foram três audiências públicas desse empreendimento. Duas? Duas audiências públicas desse empreendimento, uma prévia e uma antes do licenciamento. O projeto e os impactos foram levados às audiências públicas, à época e foram realizadas na região. O rito foi cumprido, estão aqui quem fez a audiência pública, as informações foram prestadas. Mais uma vez, se a gente acha que pode ser diferente a gente tem que mudar o regramento. O regramento foi cumprido, foi dada ciência, foi dada participação à população.

Cons. Sueli: Considerando a própria sugestão sua, secretário, eu gostaria de pedir vistas ao processo.

Secretário Rodrigo Ravena: Não posso dar.

Cons. Sueli: Por que você não? Por que não pode? Mas é regimental o pedido.

Cons. Sueli: É regimental, mas, eu vou botar a votos o pedido de vistas.

Cons. Cristina Antunes: Cristina Antunes, SAJAPE/Sul 2. Só para amenizar um pouco essa inquietação com relação aos questionamentos da Cecília, nós todos somos gatos escaldados. Sociedade civil é gato escaldado. Eu reconheço que esta gestão, este grupo está tendo um carinho maior com relação a cidade, agradeço, reconheço, e transmito isso na minha região. Mas é só para entender que não foi sempre assim. A Andrea sabe, por exemplo, o impacto que aconteceu com o Shopping Cidade Jardim, resolvido na última hora de um determinado mandato e naquele pavoroso Condomínio Marajoara, que não teve que fazer nenhuma intervenção. As intervenções de polo gerador foram pífiás, desmataram uma área enorme, e isso tinha licença ambiental.



Então, só para amenizar um pouco, essa inquietação da Cecília. Eu entendo a inquietação, acho que realmente o relatório, eu não li, eu não li o relatório, mas pelo que foi explanado eu acho que está bem encaminhado. Eu queria perguntar se caberia ao grupo, à Câmara Técnica que analisou, verificar essa questão de não ser só HIS, porque HMP não pode ser em área pública. Então isso daqui é uma questão que eu coloco, eu sei que seria no licenciamento. Eu vou colocar logo as questões. Essa questão da execução pelos empreendedores, Andrea, você sabe que as diretrizes de pólo gerador são ridículas, então aonde que a gente tem agora, onde que está o instrumento para a gente garantir que realmente isto entre como diretriz de polo gerador. Mas, ao mesmo tempo você falou que HIS não tem polo gerador, foi isso que eu entendi? Não tem? Então isto é um problema que a gente teria que enfrentar, porque nós estamos enxugando gelo. Quer dizer, fazer todo esse aparato, envolver as empresas, mesmo que sejam todos os outros empreendedores, se o empreendimento 60 mil pessoas não têm HIS tem alguma coisa errada aí na questão ambiental. A outra questão, as condicionantes, como eu falei, não li o relatório todo, sei, você falou que tem as condicionantes. A gente tem, eu queria que o Dalton ainda tivesse aí, porque ele conseguiu sensibilizar a Câmara Técnica com relação ao desconforto da população do Jabaquara com relação a esse empreendimento. Infelizmente nós não... Isso aqui não caberia aqui. Mas foi aqui, por exemplo, eu vou repetir isso, posso ser desagradável, Rodrigo, mas foi aqui que se aprovou aquele horror do monotrilha lá de Pinheiros, quer dizer, lá em Santo Amaro. Então a gente tem uma responsabilidade atrelada a essas aprovações à despeito, e foi aprovada à despeito da manifestação vigorosa de toda a população em uma audiência tenebrosa que a gente teve aqui nessa Secretaria. E a outra questão, eu vou deixar algumas de lado, depois eu converso em off, esse parecer não deveria, eu vou colocar assim, no nosso entendimento, deveria levar em conta exigências de sustentabilidade. A gente está trabalhando nos planos regionais com olhar na obrigação que os municípios têm de respeitar os objetivos de desenvolvimento sustentável. Isso daqui tem regrinhas. Regrinhas quantificadas, demarcadas, muito fáceis inclusive de entender. Não são tão fáceis de aplicar. Mas nessa análise toda aqui ambiental foi, houve essa preocupação? Se a Nina estivesse aqui talvez ela pudesse até questionar isso mais. Mas do jeito que está posto, o que eu vi ali daquele prédio, não mostra nenhuma inquietação ambiental. É um esquema e é óbvio que é comercial. Agora, eu pergunto se esta Secretaria



exigiu do empreendedor para aprovar este relatório o cumprimento de objetivos de desenvolvimento sustentável que estão na lei, que a Dilma assinou, e todos os municípios são obrigados a cumprir.

Cons. Fábio Piccinini: Você pode ver que tem as quadras e tem área verde.

Cons. Cristina Antunes: Não é área verde. São sustentabilidade de água, de energia, de permeabilidade, de absorção de chuva, de drenagem, todos os aspectos da sustentabilidade ambiental. Não é só ter planta. Aliás, o Pedro sabe bem disso, não é, Pedro? Eu dei a vez porque eu quero ser simpática com você, viu, Pedro. Quero conversar com você depois.

Cons. Marcelo: Marcelo, SMDU e Presidente da Câmara Técnica. Bom, a primeira questão que nos cabe é a seguinte, o empreendimento, do ponto de vista da legislação, como ZEIS 5 ele atende perfeitamente a distribuição. Como ZEIS 5, eu não tenho o quadro aqui, o quadro 4 do Plano Diretor, se não me falha a memória, como ZEIS 5 ele tem que fazer só 40% para HIS e o resto ele pode fazer o que ele quiser. Ele está até fazendo muito mais HIS do que se pretende. Então ele está atendendo perfeitamente. Nem seria a função da Câmara Técnica analisar isso, porque se ele não tiver atendendo ele não tem aprovação lá em SEL. Então eu queria voltar a chamar atenção que nós estamos aqui fazendo aprovação ambiental. Aprovação do empreendimento, como ele vai construir, quanto ele vai construir, se as unidades vão ter orientação, não sei o que, é uma legislação específica, SEL está super atenta a isso, hoje existe uma regra lá da cota ambiental, uma regra bastante complicada e bastante rígida do ponto de vista da própria, questões relativas de absorção de água e distribuição de áreas verdes. Ele vai ter que seguir todas essas regras que já estão previstas no Plano Diretor e no zoneamento, e futuramente aí provavelmente na nova Lei de Código de Obras que está para ser aprovada aí. Então eu acho que quanto a isso está tranquilo.

Cons. Cristina Antunes: Dá licença, só para responder a isso, eu pergunto então a SEL, porque está aqui a conselheira, se houve essa preocupação, HMP, embora eles tenham usado uma grande parte para HIS, HMP não pode ser em área pública, eles têm que comprar...



Secretário Rodrigo Ravena: Mas não é área pública, é área privada. Não é área pública.

Cons. Marcelo: É área privada. Aonde que é área pública?

Cons. Cristina Antunes: No começo foi dito que era uma área pública.

Secretário Rodrigo Ravena: Não, não. Só o terminal rodoviário. A área toda é privada.

Cons. Cristina Antunes: Toda essa área é privada.

Secretário Rodrigo Ravena: Tudo é privado. A área é deles. A área toda é privada, o empreendimento é todo privado, ele é voltado para HIS, está dentro das metas da prefeitura, só que como condicionante nós obrigamos eles a comprarem um outro terreno privado e por, nós já emitimos a DUP do terreno, eles vão ter que pagar a DUP. A área toda é privada.

Cons. Cristina Antunes: Eu entendi que a área toda era pública. Tinha DUP para área toda.

Secretário Rodrigo Ravena: A área toda é privada. Não, a área toda é privada.

Cons. Cristina Antunes: Está bom. Então está entendido.

Cons. Marcelo: Só para esclarecer, são 450, mais ou menos 450 mil metros quadrados de área privada, aonde ele vai parcelar essa área, então ele vai ter, eu não tenho os números aqui, estão no relatório do DECONT, depois se alguém quiser.. item 3...

Cons. Cristina Antunes: Não, tudo bem. Nem precisa pegar. Eu não li o relatório, eu entendi aqui pela explanação que tinha uma DUP sobre essa área, então estava falando só da área do terminal. Tudo bem.

Secretário Rodrigo Ravena: Não, a DUP é sobre a área do terminal.

Cons. Cristina Antunes: Foi um entendimento equivocado meu. Não precisa nem ir nisso daí não. E a última questão, Rodrigo, que eu acho que é muito crítica, é, está



bom, você falou da fiscalização. Nós mudamos alguma coisa nos procedimentos de fiscalização ambiental? Porque o que existe até hoje a gente sabe que é ineficaz.

Secretário Rodrigo Ravena: É, a despeito de não ser o assunto em pauta, a gente está inclusive durante a transição, porque tem um debate aqui no CADES para mudar a Portaria com relação a imposição de multas e nós encaminhamos para a Secretaria de Gestão a sugestão de credenciamento de agentes para a gente poder, do ponto de vista ambiental, aumentar a fiscalização. Hoje, até o mês passado eram 22, hoje são 21 fiscais. Então a gente precisa de gente. A gente conseguiu fazer a licitação dos automóveis para eles terem carro para fazer a vistoria e estamos encaminhando solução para a próxima gestão ter elementos para fazer uma vistoria mais, não vou dizer efetiva porque efetiva ela é, a gente está fazendo, mas mais presente.

Cons. Cristina Antunes: Eu quero então só deixar uma sugestão de sociedade civil, que não precisa de carro para fazer vistoria, a gente faz voluntariamente, e a gente só precisa ser credenciada, com treinamento, para fazer isso. Obrigada.

Cons. Hélia: Bom dia. Hélia, do DEPLAN. Diante das colocações que tiveram aqui, eu acho que para dar um pouco mais de segurança em relação ao que está se aprovado, eu gostaria de fazer algumas sugestões até por questões que a Cecília coloca em relação a nascente, em relação a intervenção em APP, que se incluísse aqui a necessidade de se apresentar que para emissão da LAE ele apresentasse autorização de intervenção em APP, porque eu acho que isso dá segurança de que de fato vai, é um procedimento que precisa ser feito mesmo, e eu acho que só faltou... Não, para LAE. De intervenção em APP no que precisar. É no que for necessário, apresenta, porque é um procedimento... só um pouquinho... daí assim, complementando ainda acho que diante do que o Pedro falou, e até da própria abordagem do EIA/RIMA, que está pautado pela drenagem sustentável, eu acho que seria também importante constar que deve ser apresentado um projeto de drenagem concebido segundo os princípios de drenagem sustentável, focada nos critérios de redução das inundações, melhoria da qualidade da água e aumento de infiltração, inclusive através de medidas não convencionais de drenagem, que eu acho que são questões que são abordadas no caderno de drenagem, como o Pedro falou. Então eu acho que isso, assim, só objetiva, além de observar os cadernos de drenagem, que de fato ele apresente um projeto de drenagem. Outra questão que eu acho que vem a dar mais segurança em relação ao



que está se aprovando é a apresentação do alvará de parcelamento do solo emitido pela SEL. Porque neste, para LAE, para emissão da LAE, necessariamente para ele fazer instalação ele precisa da aprovação. Então eu acho que aqui está a segurança porque tudo que ele tem que cumprir em relação a parcelamento vai, no momento que a SEL dá a aprovação tudo consta lá, não é? Então eu acho que isso dá segurança também porque ele tem as obrigações, tem todas as exigências em relação a instalação do viário, em relação a implementação das áreas verdes, todas as áreas públicas. Então eu acho que são questões importantes que reforçam aqui o cumprimento das exigências. E uma questão que eu também acho importante abordar, que é a questão de uma manifestação da AMLURB em relação a um projeto de passeio público de modo a aumentar a segurança e conforto para o pedestre e para o ciclista. Porque a gente sabe que está se priorizando aqui nesse projeto o transporte não motorizado, e a gente tem uma carência, tem uma deficiência mesmo em relação a essa questão de iluminação pública, voltada para isso, e nunca se aborda. Então eu acho que é importante também constar esse ponto. E em relação à questão do viário, aí eu acho que é uma determinação da SMT ver o que é, quais são as prioridades. Mas, de qualquer jeito, eu acho que é importante reforçar que do ponto de vista da sustentabilidade ambiental precisa se ter, o foco, a prioridade tem que ser na circulação, na garantia da circulação do transporte coletivo, da implementação não só do terminal, mas também das faixas para poder transitar os ônibus. Então eu acho que, reforçando essas questões aqui, complementando as exigências, eu acho que dá mais segurança. Obrigada.

Secretário Rodrigo Ravana: Obrigado, Hélia. Cristina, por favor, eu preciso terminar esse debate.

Cons. Cristina Antunes: Eu sei. Eu concordo plenamente, eu acho que tem algumas informações, outra vez, eu não li o relatório, mas pelo que você está dizendo faltam ainda essas informações, e eu vou insistir nas diretrizes de desenvolvimento sustentável, que agora você falou na AMLURB. A AMLURB, na verdade, é lixo, a administração do lixo, resíduos sólidos. Então, essa é uma questão fundamental para uma população como essa, dentro das diretrizes de desenvolvimento sustentável.

Secretário Rodrigo Ravana: Gente, por favor, eu vou fazer um pedido. Nós temos outra pauta, que é muito extensa, e que vai gerar debate. Eu vou suspender... é uma



pergunta, se você conseguir reduzir as duas em uma está feito, está respondido, e depois das suas perguntas eu vou passar a votação primeiro do pedido de vistas e depois da aprovação. Eu só vou fazer um comentário, a equipe técnica que está aqui do meu lado está dizendo que todas essas recomendações de inclusão na LAI estão presentes. A gente faz esta pauta e a sua recomendação acompanhar a LAI. Uma cópia desta pauta que irá a gente faz acompanhar, a LAP, isso.

Cons. Monica: Monica, Secretária da Saúde, de Vigilância em Saúde Ambiental. Em relação ao item 7 da exigência, aqui a Câmara Técnica pede para apresentar alguns programas, dentro desses programas, gerenciamento de resíduos, monitoramento de ruído, qualidade do ar, do solo, da água e dos vetores, questão da dengue, etc. Aí a minha dúvida é assim, existe um prazo para serem entregues esses programas? Se a gente vai ter acesso a esses programas e como vai ser feito esse monitoramento? Quem vai ver? A CETESB, a Secretária do Verde?

Secretário Rodrigo Ravena: O empreendedor apresenta o faseamento deste programa quando ele solicitar a LAI. Isso tem que vir expresso, o empreendedor vai dizer como é que ele quer fazer e nós vamos aprovar ou não, e estabelecer critérios. Aí vocês serão ouvidos, com certeza. Nós CADES, vai passar.

Cons. Monica: O CADES. Então virá para a gente?

Secretário Rodrigo Ravena: Quer dizer, não é agora o momento de se discutir isso. Essa é uma licença prévia para que eles possam ir para SEL, conseguir uma outra para voltar para cá. Quer dizer, nós estamos dando uns 600 passos na frente, que não é a hora.

Cons. Monica: Obrigada.

Secretário Rodrigo Ravena: Então eu vou botar em...

Cons. Cecília: Eu só queria saber o que é aquele verdinho ali do lado da rodovia.

Secretário Rodrigo Ravena: O que é aquele verdinho do lado da rodovia? Parque.

Cons. Cecília: E o branco aqui atrás? É uma área...

Secretário Rodrigo Ravena: Onde vai ser o terminal.



Cons. Cecília: A área branca vai ser o terminal?

Secretário Rodrigo Ravena: Não, à direita. Está escrito Raposo Tavares. O segundo terreno.

Cons. Cecília: Ali é a Raposo Tavares, aí tem a área verde...

Secretário Rodrigo Ravena: Não, não. O de cima. O de cima. Aí é o terminal.

Cons. Cecília: E os carros estão saindo direto para a Raposo por aquele pedacinho branco ali?

Secretário Rodrigo Ravena: Vai ter uma ponte, vai ter viário, tem uma ponte que passa por cima. É um inferno isso aí. É um viaduto. É ponte. É que eu não sou engenheiro. É viaduto. Tem viaduto, tem tudo, fica tranquila.

Cons. Cecília: E vai levar os carros para onde o viaduto?

Secretário Rodrigo Ravena: Ah, Cecília, eu não vou fazer esse debate agora. Desculpa. Eu vou colocar em votação o pedido de vistas.

Cons. Sueli: (Inaudível: 01:21:19).

Secretário Rodrigo Ravena: Não. Sueli, eu vou pôr a votos o pedido de vistas. Não, eu não vou dar vistas para você.

Cons. Sueli: Você não vai dar?

Secretário Rodrigo Ravena: Não. Não vou. Eu vou colocar a votos.

Cons. Sueli: Senhores conselheiros, quem daqui mora na região? Quem sabe o impacto disso que está lá? A Câmara Técnica o trabalho foi realizado só por funcionários públicos. Não estou desmerecendo o funcionário público...

Cons. Sueli: Rodrigo... É regimental o pedido de vistas e você está me negando o pedido de vistas.

Secretário Rodrigo Ravena: Não. Eu não estou negando. Eu vou colocar a votos. Eu não neguei ainda.



Cons. Sueli: Mas é regimental e você já disse, a hora que eu pedi você já disse que ia me negar.

Secretário Rodrigo Ravena: Sueli, eu vou te dizer o seguinte, eu pautei a minha Presidência nesse CADES pela transparência e pela liberdade.

Cons. Sueli: Eu não tenho dúvida disso.

Secretário Rodrigo Ravena: Eu não vou admitir que você levante qualquer dúvida sobre qualquer um desses funcionários que estão sentados aqui.

Cons. Sueli: Em nenhum momento eu levantei dúvida.

Secretário Rodrigo Ravena: Você acabou de falar.

Cons. Sueli: Não. Eu só disse...

Secretário Rodrigo Ravena: Sueli, por favor.

Cons. Sueli: Eu só falei que não tem participação da sociedade civil na discussão.

Secretário Rodrigo Ravena: Por favor. Houve Audiência Pública, você não foi porque não quis. Não participou da Câmara Técnica, também porque não quis. Ponto.

Cons. Sueli: Está bem. Vai ficar registrado.

Secretário Rodrigo Ravena: Conselheiro Marcos Moliterno.

Cons. Marcos Moliterno: Bom dia a todos. Marcos Moliterno, do Instituto de Engenharia. Já é a segunda vez nesse CADES que a iniciativa privada, que meu colega e eu somos deixados de lado. A maioria dos conselheiros daqui não participa das Câmaras Técnicas, o que eu acho um equívoco, porque a gente fica discutindo o que já foi feito em três, quatro, dez reuniões. Todas as questões que foram colocadas aqui pela Cristina, pela Cecília, isso já foi objeto de um debate. Então talvez a leitura do relatório quando vocês recebem pudesse poupar um monte de tempo e de constrangimento aqui para a todos. Eu estou vendo aqui as discussões, só para pontuar, a Andrea, Secretaria Municipal de Transportes, foi uma ferrenha adversária e colocou pontos importantíssimos, que a gente não tinha vislumbrado, e que hoje estão contemplados no relatório. Assim, pelo esforço dela, e que num primeiro



momento ninguém deu muita atenção, mas ela bateu, bateu, e foram reuniões e reuniões de horas e horas, até que sedimentasse isso daí. Então, primeiro, Sueli, não é só funcionário público, eu estou aqui e eu volto a dizer, eu estou aqui por hora cívica, certo. Então eu gostaria de um pouco de respeito com quem doa a sua hora profissional para fazer algo pela cidade. Ponto. Vamos em frente.

Secretário Rodrigo Ravena: Você mantém o pedido de vistas?

Cons. Sueli: Mantenho.

Secretário Rodrigo Ravena: Então está a votos o pedido de vistas da Conselheira Sueli. Quem for favorável manifeste-se.

Cons. Cristina Antunes: Só um esclarecimento antes de votar, nós vamos ter esse processo de volta antes de assinar, antes de bater o martelo?

Secretário Rodrigo Ravena: Sim. Isso é para possibilitar que SEL analise o projeto. Um monte de questões que a gente está discutindo aqui ainda vai passar por SEL para depois voltar para cá, gente. Pelo amor de Deus. Isso não é o aval definitivo, nós estamos pondo condições além daquelas que a gente deveria.

Cons. Cristina Antunes: Tudo bem. Então, isto posto, eu dou toda razão para o Marcos, eu acho que nessa outra discussão, se a Câmara Técnica for se reunir de novo, a gente deveria sim ajudar nessa discussão na Câmara Técnica, na volta do documento.

Secretário Rodrigo Ravena: Perfeito, Cristina. É isso. Por favor, participe das reuniões das Câmaras Técnicas porque quem está sentado aqui participou de todas, inclusive o Instituto de Engenharia. Então, a reunião só depende de vocês, inscrevam-se para participar, é muito importante a participação dos senhores. Agora não dá na reunião do CADES discutir os critérios técnicos que foram aprovados no caso, nesta Câmara Técnica. A Câmara Técnica já se manifestou. O CADES não faz a Câmara Técnica se manifestar de novo, já está manifestado, não tem mais o que fazer, é aprovar ou não aqui. Então a votos o pedido de vistas. Quem estiver contrário, vamos dizer assim, permaneça como está. Está negado o pedido de vistas. Vamos votar a aprovação do licenciamento prévio para que SEL possa analisar definitivamente o projeto e devolver para a Secretaria com as condicionantes de SEL para que a gente



inclua outras. Quem estiver de acordo com a aprovação do parecer colocado em discussão permaneça como está. **Está aprovado o Parecer Técnico nº 27/CADES/2016**, elaborado pela **Câmara Técnica III - Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Complexos Urbanos e Habitação, que analisou o Estudo de Impacto Ambiental do Empreendimento Reserva Raposo**. Vamos passar para o item 3, que é Exposição e Votação da implementação do Parque Morumbi Sul e CEU Campo Limpo, pelo senhor Eduardo Martini, representante de SMDU.

Cons. Ângelo: Ângelo, da SAL. Eu já fui diversas vezes membro de Câmaras Técnicas, eu acho o seguinte, o convite é feito para todos os conselheiros, aqueles que podem participar, se inscrevem e participam. E eu acho muito injusto, todo o trabalho que temos nas Câmaras Técnicas, temos várias e várias reuniões, para apresentar o parecer sobre todo esse trabalho, e, quando é trazido para o CADES, não acho justo que levantem dúvidas sobre todo o trabalho desenvolvido pela Câmara Técnica. Porque na hora de participar o pessoal não quer. E eu acho que a gente tem de valorizar mais esses trabalhos. Eu não participei dessa porque era uma região que eu não conhecia e pouco poderia estar colaborando, mas todas que se referem a zona leste ou transportes eu tenho participado. Então eu acho que temos de dar mais credibilidade para essas Câmaras Técnicas e só não participa quem não quer.

Secretário Rodrigo Ravena: Obrigado, senhor Ângelo. Antes de vocês começarem a apresentação eu queria pessoalmente aqui pedir desculpa pelo meu destempero, mas uma coisa que eu não vou admitir isso eu nunca admiti em 35 anos de serviço público, é que se pusesse em dúvida a capacidade técnica e o trabalho de servidor público que está aqui trabalhando. Pode acertar e pode errar, mas está todo mundo trabalhando. Então, um conselheiro que em tudo que pediu para este Conselho foi atendido ou pelo Conselho ou pela Secretaria, colocar em dúvida o trabalho dos meus colegas, eu não vou admitir nunca. Então isso é uma justificativa, até me destemperei, peço desculpa, mas isso é inadmissível. Acho que cada um tem que ter o limite e a compreensão dos seus próprios atos. Então me desculpem se eu me destemperei, mas me subiu à cabeça uma crítica que é desmedida. Por favor, Eduardo, vamos a sua apresentação.

Eduardo Martini: Bom dia a todos. Meu nome é Eduardo Martini, eu sou arquiteto da SMDU, venho representando a Secretaria. (Inaudível: 01:31:50) basicamente o pedido se resumia em substituição de posicionamento de áreas institucionais e áreas



verdes. É preciso ficar bem claro, e a gente vai mostrar graficamente isso, que essa redistribuição manteve exatamente a mesma metragem quadrada entre áreas institucionais e áreas verdes, mas essa redistribuição foi feita com orientações de diretrizes a partir da Secretaria do Verde. A gente, durante a implantação dos CEUs, as discussões, ao longo de todo o processo, teve inúmeras discussões, com N Secretarias, uma das mais produtivas foi com a Secretaria do Verde, em dois casos específicos, um deles é esse, onde se aproveita a intenção de se implantar um CEU para se concretizar um parque dentro desse terreno. Se concretizar a criação de um parque, que é um anseio antigo da população dessa região. Basicamente o pedido era de redistribuição de áreas, com a proposta de criação do Parque Morumbi Sul e a implementação de equipamento público dentro das áreas institucionais, basicamente qualquer equipamento pode estar numa área institucional, no caso, através de estudos de demanda, vocês vão ver que é uma área bastante carente, o CEU vem a ser um equipamento bem-vindo na região. Todo mundo conhece, que junta Educação, Cultura, Esportes, em caso de Educação é uma CEMEI, Esportes o programa vocês conhecem, Cultura, que vai trazer biblioteca, Cineteatro, enfim, todo o programa que vocês conhecem do CEU. Mas a gente acrescenta aqui também, isso é um novo programa dos CEUs dessa gestão, a maioria deles não tem, mas sempre que possível a gente agrega da Secretaria de Desenvolvimento Social, unidades do CRAS, então isso é uma novidade, que em boa parte dos CEUs a gente acolhe uma unidade de CRAS, e nesse caso específico ainda assim também a SVMA vai ser contemplada com ambientes administrativos, de apoio e salas múltiplo uso para efeito de educação ambiental. Logicamente eu vou falar em termos de espaço e a questão de programação e de gestão desses espaços cabe às Secretarias em si desenvolver. Vou fazer agora uma apresentação meio rápida, para quem não conhece a região, o terreno em si é esse, nós estamos numa pequena ilha de, vamos chamar assim, uma ilha de qualidade dentro do entorno bastante carente. Então essa é a área pública, resumidamente ela tem 78 mil metros quadrados, ela tem 700 metros de comprimento, 200 basicamente, composta por uma mata. Está bem ruim a imagem, não é? Bom, a gente talvez vá ter imagens que vai dar para ver melhor. Mas ela tem uma mata bastante consolidada aqui, vem vindo em franja, vem nessa área de baixo e tem um lago construído aqui. Essa área, talvez valha o histórico antes de entrar na apresentação, assim, é uma área que foi feita a partir do loteamento Nossa Senhora



do Bom Conselho, que criou essas áreas. Eu vou detalhar um pouco mais agora graficamente dentro. Vamos lá. Isso aqui é só um mapa para ilustrar que a gente tem N mapas com demandas não só de equipamento, mas temos um cruzamento gráfico de demanda de todas as Secretarias. A gente cruzava essas demandas com áreas de vulnerabilidade, que são essas áreas escuras. Então, (inaudível: 01:35:40) com vulnerabilidade e, um detalhe importante, (inaudível: 01:35:45) principal para instalação dos CEUs e de outros equipamentos também, isso no começo de gestão, era de utilização de terrenos públicos. Isso é um dado muito importante, não só para o nosso caso, como para qualquer um, que é a possibilidade de economizar custo com desapropriação e ganho de tempo também nesse processo todo. Então sempre a gente recebia um banco de terrenos lá atrás que eram avaliados, no caso do CEU, perante as características para caber um CEU, e que a demanda da região fosse compatível com um CEU também. A gente teve aqui, grosso modo, uns 10, 11 terrenos que foram alguns têm mais do que esses, esses foram vistoriados. Então, muitas vezes a gente chegou ao terreno e você vê, por características básicas de análise, que já não cabe um CEU ou que tem restrições de instalação, enfim. Aí a gente fez a vistoria de todos esses terrenos, não vou entrar em cada um deles, só vou mostrar ilustrando rapidamente. Essa é a tabela conclusiva no qual você tem apresentação de áreas e alguns resumos aqui daquilo que impediu a implantação de um CEU. Então, por exemplo, um declínio muito acentuado e grande movimentação de terra, sendo que 11 mil metros quadrados é uma área muito pequena para um CEU. A gente tem casos de já concentração de equipamentos com ausência de demanda, um CDC muito completo em ótimas condições. Então assim, tem uma análise técnica e tem uma análise também de uso existente nesses lugares. Para dar um exemplo, é muito fácil a gente pegar um CDC onde tem um campo de futebol oficial e instalar um CEU ou qualquer outro equipamento. Cabe sempre. Agora, entre você achar que esse campo de futebol não tem importância para aquela comunidade tem uma distância muito grande. Então a gente cruza todos esses dados. Então, isso nos levou então... Aqui é só então uma ilustração de todas essas áreas, a gente pode passar rápido, essas que foram analisadas. Tem casos que têm, por exemplo: linha de alta tensão cruzando, a pessoa que indicou viu uma área vazia e acha que é possível e não sabe que tem restrições de legislação no caso de linha de alta tensão, tem vários casos, como a senhora perguntou que tem córregos passando. Então tudo isso é



verificado para viabilizar ou não o estudo. Espero que esteja dando para ver um pouco melhor, a área toda aqui. Podemos passar. E então um sobrevôo dessa área para vocês sentirem um pouco como ela é. Então assim, essa é a área inferior, que você tem então um grande bosque consolidado, esse lago, ela sobe esse estreito e cresce lá em cima. A gente tem então esses (inaudível: 01:38:30) em volta desses condomínios e todo o entorno de periferia nesse (inaudível: 01:38:36) entorno aí. Acho que dá para ir passando, vocês vendo. A gente tem então mata, eu tinha falado logo no começo, concentrada na área superior, você pega a franja e vai embaixo, a gente tem uma área descampada mais aqui nesse trecho superior, chega até a Avenida, acho que é Lira Cearense, não é? Não sei se... Nós vamos chegar. Então demos a volta. Aqui são fotos internas. Basicamente o que é que ele é então (inaudível: 01:39:05). Basicamente você tem lá então um caminho que dá volta, vai lá da parte superior à parte inferior, hoje é uma área fechada. Cabe dizer que hoje legalmente ele é um CDC. É um CDC, não tem um uso específico como alguns CDCs que tem grêmio.

Orador não identificado: O que é CDC?

Eduardo Martini: CDC é Clube da Comunidade. Assim, a Secretaria de Esportes ela pode gerar, a partir de um terreno dela, um clube municipal no qual todos os equipamentos, todos os investimentos em recursos humanos e de equipamentos é feito pela Secretaria, e ela oferece tudo isso. Um CDC é: a partir da organização da comunidade se solicita a cessão de uso para um determinado fim, e que tenha fim a ver com esportes. E aí você faz uma cessão de uso, todo o trâmite burocrático e a administração do lugar passa a ser dos administradores do CDC. Então hoje é um CDC que tem um uso, é um pouco aquém do que a gente poderia ter nesse entorno todo, você tem umas quadras aqui, dá para ver o estado. Essa é uma área que junta então a parte mais descampada, uma montagem, essa é a parte superior. Então, vamos lá, essa é a parte que a gente está fotografando agora. Esse aqui é o croqui de como é hoje institucionalmente a área. Em vermelho são as áreas institucionais, o restante, se tiver muito claro, ele está vindo aqui no meio, área verde. Então assim, área verde é constituída de 3, 4 pequenas áreas, área institucional de 2, esses fachos em verde são caminhos de pedestre. Isso tem no projeto de arruamento do loteamento, mas não tem na prática lá. Agora, por lei ele precisa existir para eventualmente, ao longo



do tempo, quando fizessem a instalação dos equipamentos, permitissem a fruição dentro desse bairro, já que, voltando a falar, tem 700 metros de comprimento, então ele em si, se não for bem gerido, ele é uma grande barreira urbana aí nesse entorno. Aqui então o cruzamento dessas áreas institucionais com as áreas de levantamento arbóreo. Quer dizer, foi feito um levantamento arbóreo cadastral. Isso então iluminado aqui dentro do que é o conjunto. A partir desse ponto começa a grande parceria que teve entre a Secretaria do Desenvolvimento Urbano e a Secretaria do Verde. A gente tinha intenção inicialmente de utilizar as áreas institucionais para fazer a implantação do CEU, só que através de vistorias com os técnicos de Secretaria do Verde eles sugeriram que remodelasse essa distribuição de áreas de modo a preservar as áreas verdes. Vocês viram que tem um bosque bem grande. Agora, além disso, essa é a área de baixada, é a área que, além dos 30 metros de lei de proteção, não está aqui a técnica que mostrou lá isso. Foi muito interessante de ver que tinha chovido 3 dias antes e a gente estava andando e estava encharcado, e ela falou: isso é APP. Independente dos 30 metros que você está respeitando, APP é isso, é essa área que recebe essa água para infiltrar no solo. E a partir disso então a gente fez um trabalho conjunto de tentar então, mantendo a área institucional existente, tentar preservar o máximo as características de qualidade ambiental desse lugar. Então a gente, através também das nossas verificações e de vistorias, então reconhece aquela área descampada que está aqui, então justamente uma área verde ela está descampada e não caracterizada então com árvores, e as áreas institucionais lotadas de árvores e também com a topografia difícil. Então, a partir disso a gente faz então o pedido em DGPI que contém então a unificação das áreas aqui institucionais, então exatamente a mesma metragem, isso nem passa em DGPI se não tiver vírgula igual. Além disso, a gente fez adequação desses caminhos verdes de tal forma a garantir que mesmo que aconteça alguma coisa aqui ou de fechamento você tenha acessibilidade garantida de todos os lados. Então, volto a dizer, esses caminhos estão no parcelamento do solo, isso, qualquer projeto que vai existir, não só na área institucional, uma mesa de parque tem que respeitar esses caminhos para garantir minimamente a fruição do espaço. Aqui então a gente começa a cruzar a área institucional com a grande área descampada e mais favorável em termos de topografia e em termos de acessibilidade, já que está ligada direto à avenida, para implantação do equipamento. Acho que a gente tem uma próxima que já começa... É



uma foto. Aqui é o primeiro estudo, o projeto não está terminado, o projeto está em desenvolvimento, mas a gente tem aqui então uma ilustração do que seria o equipamento e de que forma a gente planeja colocar o equipamento dentro dessa área. Na próxima dá para ver, mas acho que está... Acho que é importante ver que todo CEU, está dentro da área institucional, e mesmo as áreas externas, que vão ser abertas, tomara que dê tempo de eu explicar um pouco como é que a gente entende o projeto dos CEUs, que a gente quer fazer sempre projetos mais abertos, mais fluidos em relação não só ao terreno vizinho. Por exemplo, quase que uma praça de equipamentos, você tem terrenos onde tinha escolas, UBS, a gente sempre tenta trazer o CEU unificando esses terrenos todos e não fragmentando. Então, quando a gente coloca o CEU aqui não significa que estamos colocando e cercando. (Inaudível: 01:44:30) de CEU partem do pressuposto de um equipamento mais aberto. Fechado a gente tem por obrigatoriedade as áreas ligadas às crianças de Solário, que vão estar para cá, protegidas pelo edifício e afastadas aqui do condomínio. A gente tem em média aqui uns 20 e poucos metros de distância desse terreno vizinho aqui, e toda essa área a ideia nossa é que seja aberto, exceto o balneário, que precisa ser fechado por questão de segurança. Mas quando a gente tem quadras, quando a gente tem parquinhos, quando a gente tem qualquer equipamento externo, a ideia é que eles mesquem com o exterior e com os outros equipamentos existentes. Então, nesse caso, além disso, quer dizer, eu não estou trazendo a planta inteira aqui, mas a gente vai ter os ambientes administrativos do parque, a gente vai ter o CRAS, e a gente tem daí a ideia de que todo parque se beneficie do fato de ter um CEU dentro da área institucional dele. Então é uma sinergia em termos de investimento, em termos de segurança, em termos de trazer o público para esse parque, e mantendo daí toda a independência do parque em relação à sua área, à sua administração, se for o caso, mas tentando trazer essa parceria em relação ao ambiente. Eu não sei se tem... acho que não. Basicamente assim, a gente trouxe a ilustração então do processo, do que é isso, quer dizer, por que então que a gente está aqui, quer dizer que, basicamente, voltando à fala inicial, que é o desejo de retribuição de áreas, mantendo as áreas exatamente, estritamente como era no loteamento, (inaudível: 01:46:00) vocês cruzarem, você vê que está dentro do processo de criação do (inaudível: 01:46:12) previsto, quando o loteamento você faz a separação de área institucional, de área verde, a gente está finalmente dando o uso àquilo que foi criado lá atrás, a gente está



trazendo o equipamento que essa população em volta tanto precisa. Só isso. Vocês podem perguntar.

Secretário Rodrigo Ravana: Complementando, esse trabalho todo teve a participação e um debate permanente com os técnicos da Secretaria para definir as ocupações, e a gente fez um trabalho a 130 mãos, para chegar num resultado que nos pareceu bem satisfatório e favorável, inclusive tentando preservar a área mais sensível, do ponto de vista ambiental, que seria a parte sul, a parte de baixo, que é a parte do lago. Feito esse esclarecimento, eu abro para perguntas.

Cons. Monica Borba : Monica Borba, Diretora da UMAPAZ. Eu queria realmente parabenizar, porque acho que é um projeto muito bom, do ponto de vista de agregar todas as ideias, os interesses, e eu queria saber a dimensão, quantas crianças esse projeto vai atender, qual o número de pessoas que vão circular dia a dia, e se você tem no projeto a área dedicada a horta, porque hoje a gente tem uma regulamentação de que todas as escolas do município têm que ter horta. Está dentro da legislação de segurança alimentar, então eu queria saber um pouco sobre isso. Obrigada.

Eduardo Martini: Em relação à população, o que a gente tem em termos de programa, eu vou falar da parte fixa que existe. Então o CEU, vou tentar ser rápido, vocês me cortam se eu tiver me estendendo demais. Nessa nova gestão você tem algumas modificações em relação ao programa dos CEUs anteriores. Então, por questão aí de reestudo de demandas ou readequação de políticas ligadas a cada Secretaria. Então, em relação à parte educacional, foi considerado que está de momento equacionada a oferta de EMEFs. Então os CEUS eram conhecidos por terem uma CEI, que é uma creche, um EMEI, e uma EMEF. Basicamente era o empilhamento de três escolas independentes. Apesar do equipamento ser múltiplo, de agregar tudo, você tinha formalmente, dentro da Secretaria de Educação... quem que é o representante de Educação aqui? Vai me corrigindo se eu falar besteira, que eu estou falando como arquiteto de SMDU, mas enfim, tentando ilustrar todo esse processo. Quando a gente tem então esse equacionamento e a diretriz da retirada da EMEF como curso constante, diário ali, de escola de EMEF, e depois eu falo como é que ela vai estar dentro do projeto, e sim só CEI e EMEI, foi criado também um equipamento, já existe que chama CEIMEI, que é CEI mais EMEI juntos, e que dentro do CEU qual



que é a grande vantagem? Que a gente não duplica mais esses ambientes. Ao invés de ter duas Diretorias, dois refeitórios, dois tudo que você consiga imaginar, a gente tem um. Isso é um ganho gerencial importante, agora, principalmente para nós, que fomos os coordenadores da elaboração do projeto, você tem uma otimização de área que gera possibilidade de usos dessas áreas para outros usos. Aonde foram usados esses usos? Basicamente a gente tem então todo um andar de múltiplo uso, que atende não só daí, eu vou falar um termo que eu não gosto de usar aqui, é o contraturno. Na verdade, não existe contraturno, na verdade é ensino integral. A gente só fala contraturno que daí o CEU ele centraliza as escolas, as EMEFs da região como meio de atração e de oferta de programas complementares ao ensino. Então, antigamente a gente tinha a EMEF. Basicamente uma EMEF privilegiada, que está dentro do CEU, quando a gente coloca o CEU dessa forma ele tem a capacidade então de afetar positivamente a oferta de programas, não só daí de educação, de cultura, de esportes, para todas as escolas da região. Então, esse espaço de múltiplo uso é usado para oferta de, o contraturno, chamado assim, a ideia era que oferte também, ou se credencie ofertas aulas de PRONATEC, do EJA, de Universidade Aberta do Brasil, e agora a UNICEU. Então, todo esse espaço que foi liberado ele foi acolhido, então ampliando a capacidade de oferta, da oferta educacional do que um CEU oferecia. Além disso, a parte de cultura acho que vale a pena, vocês não conheceram ainda, é que não dá tempo. Até trouxe a apresentação do que é o CEU inteiro, mas acho que não é a pauta aqui. Mas, os ambientes culturais ganharam um encorpamento dentro do processo, a gente, além do que vocês conhecem que é biblioteca, que é o teatro, passa a ter agora estúdios de gravação, passa a ter cultura digital, música, iniciação artística de todas as faixas etárias. A parte esportiva também teve um ganho bastante interessante daquilo que vocês conhecem que são as quadras, a quadra coberta e o balneário externo. Os novos CEUs possuem piscinas semi-olímpicas internas, cobertas e aquecidas. Isso é um ganho enorme para a população da região, não é nem qualquer clube que particular que tem uma piscina semi-olímpica coberta, todos os novos CEUs, todos trazem isso como um programa básico. Além disso, como eu falei, quer dizer, o CRAS também é acolhido, caso a caso outras Secretarias são contempladas. A gente tem casos em que, situação mais difícil em que tem programa da Juventude Viva, que é da Secretaria de Direitos Humanos. No caso aqui tem a Secretaria do Verde sendo acolhida para criar uma parceria de apoio ao parque. Então



o programa ele ganha uma versatilidade importante dentro do processo, sempre no sentido de melhorar o atendimento da população do entorno. A horta, a gente tem daí, porque não dá para entrar assim, não tem, e nós ali não projetamos a horta, a gente faz diretrizes, a gente faz todos os estudos, e quando contrata os projetos executivos a gente passa essas diretrizes, entre essas hortas, rampas externas e uma série de coisas que são bem-vindas dentro do projeto. Têm alguns deles que eu conseguiria mostrar onde é que está a horta, mas eu não trouxe a apresentação.

Cons. Cristina Antunes: Cristina Antunes, Sul 2. Eu falei com o Paulo no começo, Rodrigo, que eu vou ter que sair, eu lamento. Meu voto para esse projeto obviamente é sim, dou os parabéns, principalmente, além de todas as virtudes desse projeto, de estar usando CDC. Os CDCs, o antigo CDM são muito mal utilizados na cidade, a Secretaria de esportes devia se debruçar sobre esse problema, porque isso aqui é a prova mais acabada de que ele pode ter um uso incrivelmente melhor, e hoje, na verdade, os que funcionam, funcionam só para atender os funcionários de determinadas empresas, como é o da Coca-Cola lá em Santo Amaro. Eu imagino que hoje seja a nossa última reunião do ano, então eu quero dar os parabéns para esse grupo, eu realmente tive muito gosto de participar desse grupo, que foi combativo, que foi objetivo. Agradecer a vocês e deixar registrado que sim, faltaram algumas coisas, algumas demandas que a gente fez com relação a pautas, mas havemos de continuar com essa qualidade desse grupo no ano que vem, porque na verdade são os conselheiros os fundamentais aqui. Claro que a condução é primordial, mas, eu quero agradecer por ter participado, por ter tido essa oportunidade, e a gente se encontra com vocês aí se vocês saírem por outros caminhos. Obrigada.

Secretário Rodrigo Ravena: Obrigado, Cristina. Moliterno?

Cons. Marcos Moliterno: Marcos Moliterno, Instituto de Engenharia. Eu vou de antemão dizer que eu sou a favor do uso compartilhado de áreas. Eu acho, como a Cristina falou um desperdício essas áreas que se chama CDC, hoje em dia são muito mal utilizadas. Acho que a Secretaria de Esportes deve botar um olho em cima disso e revigorar tais áreas. Mas todo empreendimento que entra aqui, e eu já pertencia ao CADES alguns anos atrás, a pergunta é: se falta tanta área verde em São Paulo, qualquer empreendimento privado, foi até lembrado nesse da Reserva Raposo agora, por que é que não se transforma isso numa grande área verde ao invés de um



equipamento público? Calma, calma. Então eu acho que você, já volto a dizer, eu sou a favor, mas eu acho que você precisa ver isso e demonstrar que as opções de, que as outras opções, que fazem parte de qualquer estudo ambiental, que é a alternativa locacional, deve estar muito bem justificada, porque senão, no próximo empreendimento privado que entrar aqui e começarem a descer o pau: ah, porque aqui, aquela área, falta área verde naquela região, ou porque vai adensar o tráfego, porque isso, porque aquilo, esse teu empreendimento vai ser a justificativa, e isso é péssimo para quem quer analisar com uma certa isenção cada empreendimento que entra. Obrigado.

Eduardo Martini: Bom, primeiro em relação ao CDC, tem alguém de esportes aqui, não?

Secretário Rodrigo Ravena: Não.

Eduardo Martini: Entendo. Eu só queria defender assim, que sim, tem maus casos e tem ótimos casos de administração de CDC. A gente não pode também criar uma falsa ilusão que não funciona. Eu acho que é um instrumento importante de valorização das comunidades você criar os CDCs, aí é uma questão de fiscalização e de acompanhamento e de maturidade da sociedade para isso. Tem ótimos casos de CDCs, só para a gente não ficar também demonizando um uso que tem casos positivos. Em relação ao seu comentário, eu discordo, porque primeiro, a gente não está usando área verde, acho que tem que ficar muito claro, a gente está numa área institucional. A gente tem que pensar que assim, quer dizer, quando a gente vai...

Cons. Marcos Moliterno: Eu participei da aprovação de um empreendimento que eram duas torres no bairro do Morumbi, e o sujeito ia deixar metade, um terço da área como uma praça pública. Você sabe qual era a colocação de alguns conselheiros na Câmara Técnica? Era que ele comprasse outra área equivalente no Morumbi, demolisse as casas, revegetasse, para aí então ele ter a aprovação da Câmara Técnica do CADES. O que eu estou falando é assim, tem que estar embasado para isso não virar uma porteira aberta lá na frente. Só isso.

Secretário Rodrigo Ravena: Marcos, esse projeto, especificamente, foi objeto de um debate intenso inclusive aqui dentro da Secretaria. Em princípio a gente era



contra, a gente fez uma série de restrições ao projeto original, que inclusive, tinha área institucional do lado do lago, em cima do lago.

Eduardo Martini: Legalmente era possível.

Secretário Rodrigo Ravena: Era possível fazer porque a área estava destinada para isso, área pública destinada para isso. Eu acho que está mais do que justificado, e esse projeto é uma evolução desse entendimento. Eu acho que é importante que, as Secretarias... a prefeitura evoluiu um projeto que pode servir de modelo inclusive para a iniciativa privada, porque a preservação da parte de baixo do parque, da parte mais sensível, que era um lago, aquele maciço arbóreo maior, foi motivo de debates longos, inclusive com a minha participação porque a nossa resposta era não, não vai fazer. Então a gente evoluiu para chegar numa área em que se incorpora onde já não tem nada plantado, e se permite a manutenção de área verde na parte superior também. A despeito de ele ter apresentado o quadro branco, a gente olha para o quadro branco fica horroroso, mas toda a parte de trás dos CEUs permanece parque. Então a intervenção do CEU neste, e aí com a maior tranquilidade possível porque a gente brigou muito por isso aqui.

Eduardo Martini: Eu acho que tem um número que ilustra bem isso, Rodrigo, que a gente não tem o número do que seria antes para bater e ver o quanto vocês tiveram razão nesse pedido de redistribuição de área, mas, para ilustrar para vocês, o processo está aqui, em acompanhamento em DEPAVE da análise do manejo, mas a gente tem, para vocês saberem, mil e tantas árvores nesse terreno, a gente tem esse projeto que está em estudo, portanto, sujeito a mexer alguma coisa, acho que não deu para aparecer, na verdade, as árvores? A gente tem 33 árvores de 1.900 que podem ser remanejadas, que podem ser eventualmente transplantadas ou não. Dessas 33 são 12 nativas, das quais tem 5 goiabeiras. A gente está falando, quando vocês viram a foto anterior vocês vêem que a gente realmente escolheu a área de menor impacto para vegetação existente. Agora, além disso, aí vem àquela questão do uso compartilhado, tem um compromisso arraigado das Secretarias envolvidas de fazer com que todos se beneficiem do uso compartilhado do espaço. Então, a falta de muro parece boba e não é. Na verdade, quando você põe um muro e você diz, aqui é o meu quadrado, aqui eu cuido e a partir de lá não.



Secretário Rodrigo Ravena: Andrea.

Cons. Andrea: Andrea, SMT. Eu não sei se no processo do estudo, Eduardo, vocês levaram em consideração os serviços de transporte no entorno, porque possivelmente vai ter um incremento aí de viagens. E também não sei se é nesse momento de projeto que vocês teriam que levantar isso, mas seria importante ter um parecer da SMT, uma análise de CET do ponto de vista do viário, de tráfego geral, e da SPTRANS, do ponto de vista de serviços de transporte coletivo.

Eduardo Martini: Eu vou falar bem resumidamente. Todos esses projetos, que a gente fez até agora foram aprovados em SEL, CPA, DEPAVE, Bombeiros, porque a gente passa por todas essas aprovações. Esses outros que você cita eles são consultados, o que acontece em geral é que eles são dispensados desses estudos. O CEU, principalmente esse que tem uma população fixa de criança pequena, não tem um grande impacto de trânsito envolvido no entorno. Mas, de qualquer modo, é sempre levado a essas Secretarias e vem com os retornos. Então, todos esses projetos passam sim, não é só consulta, é aprovação mesmo.

Cons. Andrea: Mas no caso da SMT não passou?

Eduardo Martini: Todos passam por lá e voltam. Não precisa na verdade de estudo de impacto.

Cons. Andrea: Não, não é nem estudo de impacto, mas assim, se tiver um incremento a SPTRANS precisa estar sabendo qual o estudo que ela vai ter que fazer, porque tem que negociar com os concessionários.

Eduardo Martini: A gente sempre tem conversa com CET, até porque assim, não é a pauta aqui, mas o projeto chama Território CEU, porque a nossa ambição é que na verdade o projeto se expanda além dos muros ou do terreno onde ele está implantado, (inaudível: 02:02:04) conexão física através dessas melhorias, que daí são discutidas, CET, SIURB, todos esses órgãos participam dessas discussões de território.

Cons. Andrea: Então a resposta é sim, a gente está contente.

Cons. Cecília: Eduardo, mas isso eu não entendi muito bem. A Secretaria dos Transportes...



Cons. Hélia: Não, é só um comentário muito rápido. É que eu acho que esse projeto acaba sendo um exemplo de bom senso no momento que a gente consegue equacionar uma boa solução, preservando, conservando todo esse fragmento de mata que tem aí e instalando equipamento. Agora, eu acho que fica o desafio da gestão, acho que tanto aqui para a Secretaria do Verde quanto para os outros órgãos envolvidos, porque, de fato, ter esse espaço aberto eu acho que é importante, desejável, mas ainda tem um desafio grande em relação a como se equacionar a gestão de todos esses espaços. Eu acho que a gente precisa avançar em relação a isso também. A gente já tem problemas de gestão em relação aos parques, em especial, aos parques abertos, tem uma grande demanda por cercar a área, inclusive praças, então a gente de fato pensa que precisa se construir formas que sejam bastante factíveis, a gente ter uma boa gestão, para não ter amanhã, estar batendo nas portas aqui das Secretarias amanhã para cercar toda a área. É isso. Obrigada.

Eduardo Martini: É, o que a gente coloca assim, a gente traz condições físicas para acontecer essa integração. Escapa do nosso controle se isso vai ser efetivado e o quanto, em que qualidade. Agora, quando a gente cria, por exemplo, essas praças e diz que gostaríamos que ela fosse aberta e cria os vestiários colocados dentro da área institucional e oferece isso de apoio ao parque, eu acho que é um ganho a ser discutido e gerido.

Cons. Hélia: Eu acho que escapa do âmbito do projeto aqui em si, mas essa questão não escapa do âmbito das instituições que estão envolvidas.

Eduardo Martini: Não, não. Claro que não. Muito pelo contrário. A gente tem expectativa que elas se afinem a partir disso, da oportunidade do afinamento dessa conexão.

Secretário Rodrigo Ravena: Seu Ângelo.

Cons. Ângelo: Ângelo, da SAL. Eduardo, eu não sei se eu entendi bem, no começo da fala você falou que essa área era um tipo de uma reserva pelos empreendimentos que tinham em volta, ou não?

Eduardo Martini: Não. Na criação do loteamento, no final da década de 80, foi criada área verde e área institucional, como todos os loteamentos.



Cons. Ângelo: E essa seria uma delas?

Eduardo Martini: Acha aquela planta do DGTI. Só um exemplo, para vocês entenderem daí como é que é isso, assim. Está fora da apresentação. Então isso aqui só ilustra assim, é uma planta de desenvolvimento da época. Então, nessa época foi criado, então isso era área verde, aqui área institucional, você não vai conseguir ler, a área institucional, aqui está um pouco melhor de ler, aqueles caminhos de pedestre, e área verde. Basicamente, quando se faz o loteamento se é obrigado a fazer a reserva dessas áreas. O que a gente está entusiasmado nesse momento, é de conseguir dar finalmente a finalidade para essas áreas ampliadas, porque por obrigação lá atrás. Quer dizer, não é só a criação do espaço de áreas verdes, que você está cansado de ver nas cidades parques de áreas verdes largados, até porque lá atrás se dava as piores áreas para as áreas verdes e áreas institucionais. Aos poucos a gente está corrigindo isso, como membros técnicos, a gente vê as operações urbanas trazendo grandes contribuições nesse sentido. Agora aqui então se tinha previsto área institucional, que até hoje não havia o uso. Então, para permitir um melhor uso, não em detrimento da área verde, foi que a Secretaria, como o Rodrigo colocou, nos orientou de tentar redistribuir a posição dessas áreas institucionais, de modo a preservar aquilo que era o melhor equipamento a acontecer.

Cons. Ângelo: É porque eu tinha entendido que a área toda era uma reserva...

Eduardo Martini: Não, não.

Secretário Rodrigo Ravana: Não. Não é.

Cons. Ângelo: Porque inclusive eu concordo com o Marcos, que talvez hoje eu, o Marcos e era o Zelão, que eu não estou vendo ele aqui, os mais antigos aqui dessa, que o Marcos estava, saiu, voltou, e a gente, infelizmente na cidade está ocorrendo isso, tem uma área que é uma área de reserva de empreendimento e de repente o poder público aprova um equipamento, às vezes tirando 50% da vegetação. É até replantada em outro lugar, mas não naquele lugar que necessita. Então eu acho que o empreendimento é muito bom, tudo o que se fala a respeito de Educação nós temos de apoiar e coisa... E a minha dúvida era essa. Obrigado.



Secretário Rodrigo Ravena: Obrigado Ângelo. Cecília. Vamos tentar ser rápido porque tem mais um item na pauta. Só estou tentando pedir para a gente apressar as falas porque tem mais um item.

Cons. Cecília: Cecília, Morro do Querosene. Eu não entendi muito bem quando você falou da Secretaria Municipal de Transportes, que você falou que a Secretaria Municipal de Transportes, pelo que eu entendi, pode ser que esteja errado, ela não participa diretamente. Ela também dá um aval, ela também participa do projeto? Eu achei muito interessante a colocação da Andrea, e eu queria entender. E com relação a transporte, você me, eu ouvi você falar que a gente parte é de CEI, EMEI, que são crianças, mas as peruas elas também causam um transtorno, assim, na área de um CEU. Eu vejo que também precisa ter esse olhar de quem entende aí do viário.

Eduardo Martini: Bom, a Secretaria de Transportes e a CET participam diretamente do projeto quando a gente está tratando do território, e elas participam também na Comissão Permanente de Acessibilidade. Você tem membros de todas as secretarias, inclusive ali dentro o nosso projeto já incluía, nosso que eu digo assim, que a gente está coordenando cada projeto tendo aí desenvolvedores diferentes. Mas assim, a gente acompanha toda a aprovação do processo. A gente tem já previsto, por exemplo, baias externas de colocação, estacionamento interno, faixas de travessia. Para a senhora entender, assim, a CET até pede, e em alguns casos a gente escreve na aprovação que a faixa de pedestre vai ser definida por CET e não pelo projetista e nem pela construtora. Então assim, em última hipótese, o aval final desses dados é feito por CET. Então assim, todos eles têm baias, tem estacionamento interno, enfim...

Cons. Cecília: Entendi. Está certo. Obrigada. Agora eu queria só fazer um segundo comentário, que o DEPLAN, esqueci o nome dela.

Secretário Rodrigo Ravena: Hélia.

Cons. Cecília: É. Ela levantou essa questão das áreas abertas. E eu só queria comentar que eu achei muito interessante você dizer que haverão salas destinadas à educação ambiental.

Eduardo Martini: É um compromisso nosso com a Secretaria.



Cons. Cecília: Isso eu achei muito, muito interessante, e eu acho que isso daí pode ser um componente para melhor utilização, porque se a gente conseguir que não existam muros e que a população possa adentrar participar, usar mesmo essa área, eu acho que, no meu entender, isto é o ideal. E, para finalizar, parabéns. Gostei muito do projeto.

Eduardo Martini - SMDU: Obrigado.

Secretário Rodrigo Ravena: Obrigado, Cecília. Andrea.

Cons. Andrea: Só um rápido comentário sobre a gestão do equipamento, que embora não seja o objeto dessa aprovação aqui no Conselho, a gestão do CEU ela é compartilhada com as Secretarias envolvidas. Então, o equipamento ele tem uma gestão da Educação no que tange ao projeto político-pedagógico, dos equipamentos educacionais que estão lá, mas a gestão é compartilhada com a Secretaria de Esportes e é compartilhada também com a Secretaria de Cultura. Só para esclarecer. Na verdade, acho que é mais, acho que a gente pode deixar isso indicado, e é mais uma questão de regulamentação, porque a Secretaria de Educação e a Secretaria do Verde já compõem o órgão gestor da política municipal de educação ambiental. Então acho que assim...

Eduardo Martini - SMDU: Aí o próprio Conselho Gestor do equipamento, a gente não tem como dizer hoje porque não existe o Conselho Gestor do equipamento que ainda não foi construído, mas isso fatalmente vai ter fatalmente não é uma boa palavra, na verdade, oportunamente vai estar dentro do Conselho as Secretarias envolvidas, não só Verde como CRAS também.

Secretário Rodrigo Ravena: Está bom, seguindo. Você não pediu para falar? Mais alguma dúvida? Eu acho que está bem claro, não é? Então vamos colocar em votação a aprovação dessa implantação. Os conselheiros que estiverem favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado a Implantação do Parque Morumbi Sul e CEU Campo Limpo.** Vamos passar para o último item da pauta? Penúltimo. Que é a exposição sobre procedimentos de fiscalização ambiental. Acho que começa pela Lana, não é? Tem quatro. Por favor. Obrigado.



Lana: Oi. Bom dia. Eu gostaria de agradecer o espaço que foi dado para a gente. Eu sou analista em meio ambiente, eu e minhas colegas, a Nanda e a Fabiana. A gente observou que vocês estão discutindo procedimentos com relação à vegetação, a enquadramento de vegetação, e a gente tem uma discussão que a gente está fazendo desde 2012, então a gente achou importante colocar essas questões para vocês, o que a gente já tem discutido, até para embasar a discussão de vocês também. A gente começou a discussão mais ou menos em 2012, a gente criou um grupo de trabalho entre os técnicos de fiscalização para discutir todos os procedimentos da fiscalização ambiental, não só os casos de vegetação, por conta que a gente tem uma infinidade de denúncias, a gente recebe uma quantidade muito grande e uma variedade muito grande, a gente está distribuindo no território. A ação fiscalizatória ocorre no Departamento de Gestão Centralizada e a gente está espalhado no território, então as realidades são distintas. E a gente sentiu essa necessidade de unificar os procedimentos e discutir conjuntamente entre os técnicos. A gente começou então 2012 esse processo, a gente criou um grupo de trabalho, e com a mudança em 2013, houve mudança na legislação, a gente, foi criado um novo Decreto e caiu a Resolução CADES, que era a que a gente usava para enquadrar a vegetação. Então a gente sentiu a necessidade de uma revisão desse manual que a gente tinha que era informal, não havia publicação ainda, ele estava pronto, mas não estava publicado em Diário Oficial. A gente criou então um grupo de trabalho em 2013 e esse grupo de trabalho fazia parte, não só o DGD, mas a gente era composto, aliás, é ainda, ele está ativo, é composto por outros Departamentos da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, então tem a participação do DEPAVE, tem participação do DECONT, tem participação do gabinete, do secretário, e tem a participação do DGD, dos técnicos. E aí a gente voltou, e aí a gente oficializou esse grupo, existe uma Portaria, e foi criado um processo administrativo com toda a discussão que a gente desenvolveu. A discussão ocorreu em 2014, essencialmente, em 2015 a gente começou um pouco a discussão, e a gente agora, o processo está em análise, está agora no gabinete e a gente precisa continuar esse processo. Dentro então dessa discussão a gente discutiu os procedimentos diversos, e vegetação, que foi um dos pontos que a gente discutiu e razão essencialmente pela queda da Resolução CADES e a diversidade de situações. Então eu vou passar para a Nanda para ela explicar um pouquinho mais como é que



foi essa discussão que a gente fez e os enquadramentos que a gente conseguiu nos nossos problemas.

Nanda: Bom dia. Na verdade o grupo ele chegou à conclusão, no estudo que a gente fez do Decreto Federal do Capítulo de Flora, a gente foi no Capítulo de Flora do Decreto Federal para verificar como que a gente conseguiria enquadrar danos a exemplares arbóreos sem a Resolução CADES. Então, algumas situações a gente consegue enquadrar, outras não, porque o Decreto Federal ele abrange um ambiente de floresta e de árvores nativas, exóticas. Acho que tem um artigo, que é o 56, que alguns casos dá para enquadrar exótica. Alguns. Porque o 56 fala de danos em logradouros públicos ou propriedade alheia, aí privada alheia. Danos em vegetação em logradouros públicos ou em propriedade privada alheia. Então, se a gente recebe uma denúncia que a pessoa fez uma poda drástica numa mangueira no quintal dela, não dá para enquadrar. E aí assim, aí veio uma orientação que coloca a gente ainda refém do 72, Artigo 72. Então, em 2015, uma Orientação Normativa 01 ela coloca o técnico para lavrar a multa no Artigo 72 em qualquer caso, nativa, exótica e tal. A gente, na verdade o grupo não concordava com essa posição, não concorda. A gente acha que precisa de uma legislação específica para o município. Enquanto não tiver essa legislação vai ficar complicado enquadrar. Esse mês eu recebi, eu trabalho com isso, dois processos que foram para a Justiça e o juiz determinou cancelamento da multa pelo 72, ele não aceitou, acha que tem que enquadrar no Capítulo de Flora, só que tem casos, como eu já falei, que não dá, não é possível, e ele obriga a gente a enquadrar em outro artigo, se vira. E aí a Secretaria aceita e a gente tem que lavrar uma nova multa. Então isso realmente está muito complicado, eu acho que a Secretaria do Verde tem que ter uma posição sobre isso junto à PGM também. A PGM tem uma posição, ela passou um parecer para a gente. Ela acha que dá para enquadrar de modo geral tudo no 72. Só que você vai enquadrar uma poda de um Ficos malfeita por 10 mil reais, você vai multar a pessoa por 10 mil reais? Outra coisa complicada, tem uma Lei que proíbe inserir prego e qualquer material perfurante em árvore, e ela determina que seja aplicado o Decreto Federal. E assim, a gente não tem nenhuma regulamentação dessa lei, nada, e tem denúncia. Assim, ah, a pessoa colocou prego. Vai lá ver. Aí você vai lá ver, tem prego, tem a lei, e você, como você enquadra isso? Antes era pelo 72, com o 24 CADES, quando a CADES caiu ficou complicado. A gente tem que conversar sobre isso, isso é um assunto complexo, não



é... Mas é só isso, a gente... Inclusive o grupo escreveu um documento, e está dentro desse processo que a Lana falou, com as justificativas, a gente pegou todos os artigos do Capítulo de Flora, justificamos porque dá ou não para enquadrar. O 72 a gente acha que dá para enquadrar quando a vegetação é tombada pelo Decreto Estadual 30.443. Esse caso a gente considera que sim, que dá para enquadrar no 72, mas... Isso. Neste caso, exótica e nativa, a gente, o nosso grupo considerou que dá para usar sim o 72, porque é um ato, porque o 72 fala assim: bem especialmente tombado por ato administrativo. E é um ato administrativo, não é, o Decreto. Então a gente considera que sim. Mas aí o juiz, quando vai para o Judiciário, considera que não. Está complicado isso, porque é um trabalho... porque aí fica processos voltando, indo para o Judiciário, voltando para cá, processos assim, de 10 anos, por causa de uma árvore. É complicado isso. A Fabiana ela participou do grupo também, ela vai complementar.

Fabiana: Então, dentro do manual a gente conseguiu o enquadramento de praticamente tudo. As únicas coisas que estão fora, dano a exemplar exótico, localizado fora de área protegida, em propriedade privada, seja ela inadequada, instalação de pregos ou corte. O resto, APP, unidade de conservação, TCA descumprido, ATRM e qualquer vegetação nativa, está tudo enquadrado, dá para enquadrar diretamente no Decreto 6514.

Lana: Só para concluir, os trabalhos a gente não concluiu. A gente concluiu a análise técnica, a nossa análise técnica ela foi concluída, mas o grupo de trabalho ainda está ativo e não está aprovado, então não é Portaria. Esse documento ele está no processo administrativo, se vocês quiserem consultar os técnicos, perguntar para a gente como é que a gente desenvolveu, se tiver algum questionamento, quiser ir atrás do material, a gente está à disposição para conversar com vocês para complementar nessa discussão que vocês estão fazendo. Era basicamente, a gente não queria especificar os casos para não se prolongar muito, mas a gente está à disposição para discussão.

Secretário Rodrigo Ravena: Eu acho que é importante e oportuno porque o CADES está discutindo a reformulação da Portaria. A despeito da recomendação principal ser a elaboração de uma legislação própria municipal, a gente sabe que para criar uma Lei Municipal própria a gente vai ter muito tempo, enquanto não cria vocês vão, vocês e nós vamos ficar com o problema da fiscalização sem enquadramento correto ou com revisão judicial permanente. Então a sugestão, até estava conversando aqui, o



processo está no gabinete, eu olhei o processo por acaso na segunda-feira, porque estavam achando que era um, eu falei: não, deixa eu ver. É o processo que o próprio CADES fez referência para montar a primeira proposta, então na proposta de enquadramento de fiscalização está se propondo que o trabalho de vocês faça parte da recomendação CADES. Então eu vou propor o seguinte, eu vou retornar, porque é a última manifestação, foi de 2015, então eu retorno o processo para o DGD, vocês complementam o que vocês acharem que tem que, e aí esse processo acompanha o encaminhamento do CADES, o processo interno do CADES para elaboração de uma Portaria enquanto não votado ou enquanto não aprovada uma legislação que trata especificamente, um código municipal. Acho que... é isso? Está todo mundo de acordo? Quer falar alguma coisa, Murilo?

Cons. Murilo: Eu quero só complementar um pouquinho. Eu fiz parte da Comissão que apresentou o relatório, e a gente tratou exatamente essa questão do 72/56, e a nossa posição na verdade foi essa mesmo. A gente viu a dificuldade do enquadramento, tanto em um quanto em outro, a legislação federal ela tem essa peculiaridade de tratar de inativos e não é só o Decreto, o Código Florestal também deixa um pouco de lado as questões, como devem ser tratadas em área urbana, até por um motivo, o município tem toda a liberdade para legislar sobre isso, e deveria fazê-lo. Então, o que o grupo ficou acertado nesse relatório é do quê? De tentar manter uma forma de vocês utilizarem os dois artigos, um para alguns casos e o outro, o 72 para alguns e o 56 para outros, para que haja essa possibilidade, e que não tirasse de vocês uma ferramenta importante. Mas o adequado mesmo seria uma legislação específica que tratasse desses assuntos e criasse um enquadramento realmente adequado para vocês. Mas era só esse comentário, isso é o que foi posto pelo grupo.

Lana: Na verdade, a gente acha, pelo manual, que só os dois artigos também seriam insuficientes. A gente tem o enquadramento de APP no 43, que é específico para APP, tem o enquadramento de floresta no 52, no 53 para dano em floresta, no 56 para logradouro, no 72 para vegetação significativa, no 73 para APRM e área tombada, e no 66 para TCA. Então a gente explorou o capítulo inteiro de Flora, não só dos artigos.

Eduardo Martini: Só comentando, a questão do Artigo 72, o que a gente viu nessa discussão e procurou é que ele não, e pela proposta até, eu consultei os procuradores



federais que trabalham no IBAMA para entender um pouco mais também, e o que foi colocado é o seguinte: olha, o 72 não é Flora, ele não trata de planta, de árvores, ele trata de outro patrimônio que não a Flora. Então isso dificultaria essa aplicação e com certeza traria uma fragilidade na discussão judicial, quando esse processo forem judicializados. E por isso então a criação de um artigo específico que cobriria o restante. O resto tem, em todos os artigos aqui você tem opção para você poder enquadrar. É isso mesmo que a gente entendeu. Obrigado.

Lana: Então, essa nossa análise foi bem técnica, precisa de uma olhada jurídica, claro. Por exemplo, nativa, ele tem uma, o 52 acho ele fala, cortar espécie nativa fora de reserva legal. A gente quer usar aqui. Será que dá? Não sei. A gente colocou.

Secretário Rodrigo Ravena: É. Eu acho essa discussão aqui do CADES gerou outra discussão que já foi para a Secretaria de Negócios Jurídicos, não é mais Secretaria de Negócios Jurídicos, não lembro mais o que é, é Procuradoria Geral do Município, acho que é isso. Justamente para trazer mais gente para esse debate. A gente faz um debate interno ao CADES, faz um debate com a assessoria jurídica daqui, a gente tem um monte de advogado que faz parte do CADES também, tem um monte de gente que trabalha com legislação ambiental, e uma das combinações que eu fiz é que a gente traria a PGM para dentro dessa discussão também. Por quê? Porque não adianta nada a gente criar um regramento aqui que não vai ser obedecido por quem defende o município das atuações que a gente faz. Então a gente cria um modelo aqui e o procurador que tem que defender o nosso ato não concorda com aquilo que a gente fez. Então eu dificulto a defesa do município e dificulto a defesa dos nossos atos. Eu acho que o caminho é afinar, tem que fazer todo mundo em conjunto. Eu vou devolver para vocês, vocês atualizem o que tiver que atualizar e volta para o CADES, está bom?

Cons. Cecília: Rodrigo, e todos, inclusive no caso anterior do CEU me passou despercebido, mas pela fala de vocês eu não percebo os campos de cerrado. Porque os campos de cerrado, São Paulo, campos de Piratininga são campos de cerrado, e é uma vegetação rala e que normalmente acompanha ao redor da Mata Atlântica, dos núcleos de mata, e os campos de cerrado eles estão em franca extinção, e são espécies arbóreas de flores de uma beleza ímpar e de uma diversidade, eles preservam uma diversidade. E a gente pensa, olhando rapidamente, que a Mata



Atlântica ela é mais importante de ser preservada. A gente está esquecendo os campos de cerrado. A gente precisa identificar, porque muito provavelmente lá naquele lugar do CEU, onde a mata estava rasteira, eu não fui lá olhar, mas...

Secretário Rodrigo Ravana: Mas, nós fomos Cecília.

Cons. Cecília: Os campos de cerrado têm que entrar nessa...

Secretário Rodrigo Ravana: Cecília, a aplicação é extensiva aos campos de cerrado, os campos de cerrado estão previstos no PMMA, já estão mapeados, o mapeamento já está publicado inclusive, então, onde há campos de cerrado ou mata densa, mata ombrófila, quer dizer, a gente fez uma apresentação aqui para o CADES de tudo aquilo que a Secretaria do Verde, entende que é protegido, que é protegível e que é Mata Atlântica. Então está tudo enquadrado. E lá no CEU, especificamente, na área onde o CEU está sendo incluído, a gente teve o cuidado de verificar que não era nada lá, lá são dois campos de futebol de asfalto, aqueles que não dão para jogar bola em cima, aquelas coisas.

Cons. Murilo: Só complementando, na verdade, você pode ver que não trata aqui de Mata Atlântica, nada, ele trata, destruir ou danificar florestas ou qualquer tipo de vegetação, destruir ou danificar florestas ou qualquer tipo de vegetação, no 49, no 50, no 51, destruir, desmatar, danificar, matar ou explorar florestas ou qualquer tipo de vegetação. Então os artigos eles tratam de todos.

Cons. Cecília: Murilo, eu acho assim, você mesmo leu, florestas ou qualquer tipo de vegetação. Eu acho que precisa aparecer aí a palavra vegetação de cerrado. Porque a hora que a gente escreve isso, não é qualquer tipo de vegetação, gente. É uma coisa muito importante. Muda isso daí, a palavra que a gente usa nos textos, não é assim qualquer tipo de vegetação. Me desculpe, mas eu acho que esse teu texto...

Secretário Rodrigo Ravana: Cecília, eu acho que você está fazendo uma proposta que deve ser considerada pelo Conselho. Como a gente tem que aprovar uma Resolução ainda, eu acho que na redação da Resolução eu acho que a gente pode incorporar a sua sugestão. Independente de estar na lei ou não, independente de estar no estudo, no estudo está a gente incorpora na Portaria CADES, eu acho que está perfeito, não tem problema nenhum. Eu acho que está certo. Até porque



acompanha o que a Secretaria está propondo como definição de vegetação no município de São Paulo. Está certinho. Bom, vocês terminaram gente? Vamos passar para o último item da pauta, que é sugestões para inclusões na próxima reunião. É que falta 5 minutos para acabar e eu já tenho reunião marcada ao meio dia. Vamos lá, gente, por favor.

Cons. Ângelo: (inaudível: 02:32:50) estar incluindo esses profissionais. As subprefeituras, que fazem esse trabalho de poda, quando solicitado, (inaudível: 02:33:37) a opinião dele a respeito.

Secretário Rodrigo Ravena: Seu Iervolino, só para esclarecer, tem um manual aprovado para poda que faz parte obrigatória dos procedimentos de licitação para poda urbana, e, em tese, se não está obedecido o manual de poda, a empresa que faz a poda está sujeita à multa, independente de ter sido contratada pelo poder público ou não. Então tem um manual que está publicado, está no site da Secretaria e esse manual faz parte da especificação técnica da licitação. Então qualquer empresa que for contratada no município para fazer poda tem que obedecer esse manual. E a gente tem também elaborado pela Secretaria, que não deu tempo de licitar, um projeto de cuidar da poda urbana pela Secretaria, não mais pelas subprefeituras. Está encaminhado, o memorial está pronto, nem o memorial, o edital está pronto, é só fazer a reserva e transferir a poda para a supervisão da Secretaria. Eu acho que está bem encaminhado. Alguém tem mais alguma sugestão de pauta?

Cons. Hélio: A gente poderia fazer uma extraordinária em 20 de dezembro. Se não der, então estou propondo a pauta para a próxima reunião, de janeiro, a gente continua elaborando o Plano Municipal da Mata Atlântica. Infelizmente não foi possível concluir esse ano porque teve uma demanda muito maior, no momento nós concluímos o diagnóstico. Faz parte do diagnóstico o mapeamento dos remanescentes de vegetação, que é esse que o secretário citou que já foi publicado, ele contém os campos naturais, que tem abrangência para os campos de cerrado sim, considera conceitualmente super importante para a conservação e recuperação da Mata Atlântica. E nós demos andamento à definição das áreas prioritárias, a gente adotou uma metodologia de ecologia da paisagem para definir as áreas prioritárias para conservação e recuperação. E também já temos um resultado, com base nesse resultado nós já iniciamos também, nós já mobilizamos vários grupos para trabalhar o



plano de ação, são várias frentes do plano de ação, e nós também já temos uma série de propostas para o plano de ação. Então nós estamos consolidando esse material e a gente, e nós gostaríamos de fazer uma apresentação aqui. Como não tem tempo mais, ficou complicado de fato de pensar numa reunião extraordinária, e a pauta dessa reunião, nossa intenção era fazer aqui nessa reunião, mas estava com uma pauta muito extensa, então a gente está sugerindo que na primeira reunião do ano que vem a gente apresente esse relatório. Obrigado.

Cons. Andrea: Andrea, SMT. Eu só gostaria de deixar uma sugestão da gente colocar na próxima pauta, até porque pode ser que o grupo acabe mudando, do andamento de como é que vai estar o licenciamento do Reserva Raposo, que o DECONT traga um parecer se já saiu licença, e se já tiver saído licença prévia que traga a licença para a gente ter conhecimento.

Secretário Rodrigo Ravena: Vocês vão lotar a primeira pauta do CADES já? Vamos lá.

Cons. Ângelo: Ângelo, da SAL. Eu inclusive até tinha trazido umas fotos e cópia do documento que eu estaria entregando hoje aqui no protocolo para o José Edilson, referente à ocupação em possível área contaminada da Avenida Aricanduva. Mas o Subprefeito, que é o Presidente do Cades Regional, não conseguiu assinar o documento, então eu vou enviar via protocolo mesmo, por TID. E a segunda questão seria a questão da Copa do Povo, que não sei se já apareceu alguma coisa para vocês, nós lá do Conselho da APA do Carmo e do Conselho do Parque Natural do Carmo, estamos preocupados porque, apesar de não ser na área do parque é na área de amortecimento do Parque Natural. E é um empreendimento com 2 mil e poucos apartamentos, que vai dar problema na região. Gostaria, se possível, inclusive se trouxesse algum técnico que pudesse falar a respeito. Obrigado.

Secretário Rodrigo Ravena: Está feita a sugestão para a próxima pauta. Bom, pessoal, é a última reunião do ano. Agradeço a presença de todos, reafirmar a aprovação por unanimidade dos itens 2 e 3 da pauta, o indeferimento do Heliponto Bandeirantes, do item 1. E agradecer ao DGD a apresentação porque chamou a atenção. O processo está muito bem instruído, e eu acho que deve vir para cá ajudar a compor, pelo menos do ponto de vista técnico, uma Portaria com mais substância. E



agradecer a todos, agradecer a paciência, foi um prazer estar aqui, e espero que o ano que vem vocês tenham um trabalho profícuo e consistente, no mesmo sentido do que a gente vem fazendo. Obrigado. Está encerrada a reunião.

RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente
e Desenvolvimento Sustentável – CADES
Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Conselheiros presentes:

ANDREA FRANKLIN SILVA VIEIRA
ANGELA MARIA BRANCO
ANGELO IERVOLINO
ANDREIA MEDOLADO DE MEDEIROS
BEATRIZ MACHADO GRANZIERA
CÉSAR AUGUSTO CARDOSO DE LUCCA
CRISTINA ANTUNES
DALTON SILVANO
DJALMA GOUVEIA DA SILVA
FABIANE DELLA FLORA OLGUIN
FABIO DE ALENCAR IORIO
FABIO PICCININI
GEORGE DOI

GILCILENE ALVES DA SILVA
HÉLIA MARIA PEREIRA
LYGIA CECILIA CUNHA
JOSÉ FRANCISCO DE ALMEIDA NETO
MARCELO DE MENDONÇA BERNARDINI
MARCOS MOLITERNO
MARIA CECÍLIA PELLEGRINI GÓES
CRISTINA SCANTAMBURLO KIRSNER
MÔNICA PILZ BORBA
MURILO REPLE PENTEADO ROCHA
OSVALDO FIGUEIREDO MAUGERI
PEDRO LUIZ DE CASTRO ALGODOAL
SUELI RODRIGUES

CONSELHEIROS SUPLENTE PRESENTES:

ERIKA VALDMAN / MARIA RAQUEL PEREIRA DOS SANTOS PACHECO / MONICA MASUMI
HOSAKA / ROSANA FRIESS.

CONSELHEIROS COM JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA:

ALESSANDRO AZZONI / CÉLIA MARCONDES

COORDENADOR GERAL:

Paulo Ricardo Garcia

SECRETÁRIA EXECUTIVA:

Clotilde Santos